

**UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO**

**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**JÉSSICA FABIANI**

**COMO OS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA REPRESENTAM O  
FIM DA MONARQUIA E A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA NO  
BRASIL**

Passo Fundo

2020

JÉSSICA FABIANI

**COMO OS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA REPRESENTAM O  
FIM DA MONARQUIA E A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA NO  
BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Licenciado no curso de História da Universidade de Passo Fundo, UPF.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Gerhardt.

Passo Fundo

2020

## **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer a minha família que sempre me apoiou em meu desejo de ser educadora, a meu marido Enderson Martins de Melo, que sempre esteve ao meu lado, batalhando lado a lado, pois as nossas faculdades não são ideais que iremos alcançar individualmente, mas sim é para o nosso futuro e do nosso filho Arthur Fabiani de Melo, pois formamos nossos filhos com exemplos, e que exemplo melhor poderíamos dar a ele do que o estudo. Quero agradecer também às minhas colegas e amigas que iniciamos o curso juntas e com todas as dificuldades estávamos sempre unidas e nos ajudando umas às outras. E queria agradecer ao meu orientador professor Doutor Marcos Gerhardt, que me aceitou como sua orientadora, mesmo com muitas dúvidas e sem saber muito o queria, com muita paciência conseguimos chegar a um consenso do que iríamos fazer, e abraçou meu TCC com muito carinho.

## Lista de Figuras

Figura 1: Alegoria à Proclamação da República e à partida da família imperial	33
Figura 2: A Pátria, obra de Pedro Bruno, de 1919	36
Figura 3: Rua XV de Novembro vista do Largo Sé, na cidade de SP, em 1911	39
Figura 4: As próximas eleições... “de Cabresto”	41
Figura 5: Confecção da Bandeira Italiana no Piemonte, anônimo, 1850	54
Figura 6: Sê unida! Alegoria da Alemanha, 1870	55
Figura 7:A Pátria, Pedro Bruno, óleo sobre tela, 1905	55

## Sumário

AGRADECIMENTOS	3
LISTA DE FIGURAS	4
INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I	9
Historiografia sobre a Proclamação da República	9
CAPÍTULO II	22
A Monarquia	22
CAPÍTULO III	32
A Proclamação da República nos livros didáticos do Ensino Médio de História	32
3.1 Primeiro Livro Didático	33
3.2 Segundo Livro Didático	38
3.3 Terceiro Livro Didático	44
3.4 Quarto Livro Didático	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS E FONTES	65

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar as várias formas de abordagem do tema a Proclamação da República que aconteceu em 15 de novembro de 1889, nos livros didáticos de história. Essa pesquisa foi realizada pela importância desse fato histórico para o país, e como ela chega aos alunos das escolas Brasileiras. Hoje a finalidade do ensino nas escolas brasileiras, é proporcionar aos alunos condições de uma formação de indivíduo crítico, participativos e capazes de atuar na transformação da sociedade (CONTIERO, 2002, p. 59).

No Brasil os livros didáticos são inseridos na história da educação, do livro e das editoras. E sofre alterações que são resultados do contexto político, institucional, demográfico, econômico e regulamentário que o país está passando em cada período. No século XIX, no Brasil, houve uma disseminação do saber letrado e com isso, surgiram as ações de fiscalização do livro didático, pois o temor do Estado Liberal era os perigos dos conteúdos presentes nos textos que seriam distribuídos para um número grande de crianças e jovens de todo o país.

Para Bittencourt, a regulamentação da doação de Livros Didáticos, percorreu de maneiras uniforme as províncias do Império, vigiadas da Igreja e do Estado. Inicialmente os títulos em circulação no Brasil foram importados da Europa, e seguiram, portanto, os modelos estrangeiros, principalmente franceses, ou seja:

A escola servia apenas a alunos social e economicamente privilegiados, [...] para quem a referência social e cultural, no século XIX [...] era a Europa, [...] por isso dominavam a língua francesa, por isso desejavam inserção na cultura europeia, aquela que lhes traziam os manuais que dela provinham. Em segundo lugar, não eram favoráveis às condições brasileiras para a edição e impressão de livros até o início do século XX. [...] Por isso eram importados ou editados e impressos no exterior. Em outras palavras: as condições sociais, culturais e econômicas explicam a circulação, nas escolas brasileiras do século XIX, de livros didáticos estrangeiros (SOARES, 1996, p. 117-118).

Quando o Império estava chegando ao fim e 1870 e 1880, intensificou as críticas em relação aos livros estrangeiros dando origem ao projeto do livro didático nacional, projeto que foi ampliado significativamente na República. Na virada do século XIX para o século XX no Brasil, a escolarização doméstica ainda atendia a um grande número de crianças. Para Gomes (2000), as famílias mais abastadas optam

por educar seus filhos sem a interferência do Estado, enquanto os mais pobres julgavam a instrução pouco útil para a vida que levavam. Com a aceleração da urbanização nas décadas de 1910 e 1920, os traços do Brasil como essencialmente agrícola diminuíram.

No período da proclamação os republicanos acreditavam que a República e a educação escolar associavam-se à civilização e ao progresso. Neste contexto de aspirações desenvolve-se o ensino primário e amplia-se a edição de didáticos destinados às crianças, difundiam-se apenas os resumos destinados aos alunos de ensino secundário. Com o ato da Proclamação da República, o Colégio Pedro II é renomeado de Ginásio Nacional, no ano de 1910. O período que mais tivemos mudanças foi na década de 1920, mudanças que vem nos campos políticos, econômicos, das inovações tecnológicas, na urbanização, na produção cultural e nos projetos de educação popular. No campo educacional, aconteceu com a criação da Associação Brasileira de Educação, o “movimento da Escola Nova”, as reformas estaduais no ensino primário, as reformas no secundário, a partir da década de 1930, certamente, contribuíram para as modificações na edição do livro didático (MOREIRA, 2011, p. 235).

Em 1937 acontece a criação do Instituto Nacional do Livro Didático (INL), Decreto n. 93, de 21 de dezembro de 1937, e no ano seguinte, a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), Decreto n. 1.006, de 30 de dezembro de 1938. Com essa nova legislação estabelecida no início do Estado Novo, 1937 a 1945, oficializou-se a relação Estado e livro didático. Após 1945 quem assume a elaboração e fiscalização é a UNESCO, os quais adquiriram mundialmente uma função pacificadora, cujos conteúdos objetivavam promover a paz e o respeito aos povos do mundo. Bittencourt explica que:

Os livros didáticos, notadamente os de história, [...] têm sido objetos de preocupações especiais de autoridades governamentais e de órgãos internacionais, a partir do final da Segunda Guerra Mundial. A partir da segunda metade do século passado, divulgaram-se estudos críticos sobre os conteúdos escolares nos quais eram visíveis preconceitos, visões estereotipadas de grupos e populações e, tratando-se da fase do pós-guerra, procurava-se evitar, por intermédio de suportes educacionais, qualquer manifestação que fornecesse condições de favorecimento, de sentimento de hostilidade entre povos (2003, p. 33).

Hoje o MEC, é quem realiza a distribuição do Livro Didático para as escolas brasileiras, o MEC detém mais de uma ramificação em favor da organização das ferramentas de ensino são setores de produção de livros como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), bem como o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) e o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), estão disponíveis para todas as escolas públicas brasileiras, inclusive na internet. Tem como intuito de “prover as escolas das redes federal, estadual e municipal e as entidades parceiras do programa Brasil Alfabetizado com obras didáticas de qualidade”.

(...) É necessário que o livro didático seja um instrumento que favoreça a aprendizagem do aluno, no sentido do domínio do conhecimento e no sentido da reflexão na direção do uso dos conhecimentos escolares para ampliar sua compreensão da realidade e instigá-lo a pensar em perspectiva, formulando hipóteses de solução para os problemas atuais. Isso significa colocar o livro didático como subsídio da escola para a consecução do objetivo de promover o exercício da cidadania, vale dizer, a serviço da sua proposta pedagógica que é, em última instância, o projeto coletivo necessário a constituição da identidade da unidade escolar (BATISTA, 2003, p. 44).

No primeiro capítulo será realizado uma pesquisa historiográfica, retratando as várias tendências que norteiam a produção do saber histórico sobre a Proclamação da República e suas várias versões ao longo do tempo. Para a elaboração deste capítulo, como já foi mencionado, serão utilizados alguns autores que se destacaram com suas obras.

No segundo capítulo iremos realizar uma pesquisa historiográfica sobre o período da Monarquia no Brasil, para que possamos realizar uma reflexão dos aspectos que culminaram na Proclamação da República, serão utilizados autores para essa reflexão. A partir destas reflexões sobre as tendências que norteiam a produção histórica, será verificado como a Proclamação da República está representado nos livros didáticos atualmente.

O terceiro capítulo trará a análise dos livros didáticos aprovados no PNLD, e poderão ser observados as ideologias que norteiam cada um deles. Os livros a serem trabalhados são: *Conexões com a História*, segunda edição, autores: Alexandre Alves, Letícia Fagundes de Oliveira, ano, 2013. *História Global*, segunda edição, autor: Gilberto Cotrim, ano, 2013. *Caminhos do homem*, segunda edição, autores: Adhemar Marques, Flávio Berutti, ano, 2013. *A escrita da história*, primeira edição, autores: Flávio de Campos, Regina Claro, ano, 2010.



## CAPÍTULO I

### **Historiografia sobre a Proclamação da República**

Segundo a autora Lourdes Monaco Janotti, tornou-se necessário a explicação de algumas concepções gerais sobre a historiografia do tema em análise, de forma crítica, o período tão complicado como a passagem do Império para a República.

Estudos de historiografia supõem o julgamento de obras de História, não apenas como trabalho de inspiração individual, mais ou menos bem-sucedido, mas também como resultado intelectual do confronto das concepções que uma sociedade tem sobre si mesma em um determinado momento vivido de seu percurso.

“Explicar, compreender a vida das sociedades e registrar os acontecimentos presentes e passado foram sempre os objetos mais aparentes da historiografia. Entretanto, essa ação é impelida pela busca, sempre renovada, dos elementos constitutivos de uma identidade coletiva que se articula dialeticamente com o campo abrangente das relações políticas-sociais” (JANOTTI, 1998 p. 119).

A autora continua explicando que apesar dos discursos histórico serem um campo fértil de produções e reproduções ideológicas, esta relação, no entanto, não se processa mecanicamente, havendo diversos níveis de intermediação entre a obra de História e as exigências das metas de poder e controle social. São essas mediações, concretizado em métodos e técnicas, que permitem a formação de um “saber”, apesar das diferentes visões de mundo dos historiadores. Portanto, não é sem razão que a atual perspectiva crítica requer principalmente o descobrimento dos princípios orientadores deste intermédio.

O momento histórico em que o poder é contrariado, surgem novos instrumentos teóricos que encorajam o aparecimento de obras comprometidas com a denúncia da situação, introduzindo novas formas de ver o passado, pois as classes ascendentes buscam sempre suas origens com a finalidade de definir seu papel social atual.

Essas revisões críticas estimulam o conhecimento, abrindo caminhos para novas interpretações. Representam, sem dúvida, momentos da consciência política de determinadas classes ou blocos sociais sobre a História do seu país. Por esta razão, para perceber a interação da historiografia com a própria história nacional.

“A historiografia brasileira surgiu no momento da independência, comprometida definitivamente com a questão nacional. História e historiografia, ação e pensamento, Estado nacional e suas subsequências representações são camponeses e de um mesmo momento pleno de historicidade” (JANOTTI, 1998 p.122).

Uma das grandes questões que a autora apontada é porque caíra o Império de tão sólida aparência? “Convinha fazer um balanço das condições que possibilitaram o golpe de Estado para redimensionar os parâmetros de identidade nacional. Confundiram-se nessa tarefa militantes da política e todas sortes de intelectuais. Artigos de jornais, entrevistas, depoimentos, manifestos, livros de História, biografias e autobiografias tentam explicar de imediato os novos rumos do país. Constituem-se correntes de opiniões diferentes: dos militares, dos republicanos parlamentaristas ou presidencialistas, dos monarquistas, dos jacobinos, os católicos e dos desiludidos. Toda essa produção atesta o forte e indissolúvel vínculo político dos escritos historiográficos” (JANOTTI, 1998 p.124).

A autora Lourdes Monaco Janotti continua com uma análise dos testemunhos que vem ao longo do tempo com relação a historiografia da Proclamação da República. Apesar dos testemunhos evidenciarem uma rica gama de opiniões complementares ou divergentes sobre o início da República, cristalizou-se uma memória preponderante dos acontecimentos na qual o novo regime foi acolhido em clima de paz e consenso nacional.

Esta versão privilegiada começou a ser construída pelos próprios contemporâneos interessados em minimizar as contradições, travadas pela conquista do poder, durante os três primeiros governos republicanos, revitalizando-se nos vários momentos em que estabeleceram tensos “congraçamentos” políticos entre segmentos das classes dominantes. “Posteriormente, pelo menos até a década de 1920, essas imagens harmônicas e conciliatórias foram reforçadas por julgamentos comprometidos com exigências políticas do momento em que se engendraram, encobrendo as dissensões e as fraturas partidárias. Apesar da força incontestante desse discurso político republicano, vozes subjugadas não deixará de denunciar o véu negro que se procurava lançar sobre os conflitos, trazendo a público as iniquidades que acompanharam a decretação de vários estados de sítio: prisões de políticos civis e

militares, empastelamento de jornais, assassinatos, depredações, além, de intenso conflito parlamentar” (JANOTTI, 1998 p.124).

Um momento que se tentou romper com a ideia de consenso foi em 1910, por ocasião da candidatura do Marechal Hermes da Fonseca, em oposição à candidatura civil de Rui Barbosa. Ressurgiu, então, com vigor, a incompatibilidade entre civis e militares. Resultado desse confronto temos um discurso que pretendeu revalorizar os testemunhos da década de 1910, que denunciava as traições mútuas entre políticos de carreira e militares. Entretanto, passados os primeiros momentos das “salvações” militares nos estados, promovidas pelos governos de Hermes da Fonseca, compuseram-se as preeminentes tendências militares e oligárquicas, tendo o choque novamente sido acobertado. Permaneceram apenas os rancores que eclodiram na década de 1920 como componentes das lutas e do discurso tenentista.

Também a historiografia acompanhou esses mergulhos políticos do presente no passado e, ao fazê-lo, manteve uma relação tão estreita com seu objetivo que as visões dos testemunhos se entrelaçam as narrativas dos historiadores na constituição do próprio discurso histórico.

Até hoje, quase a totalidade das “manifestações historiográficas” de divulgação e de caráter didática, importantes veículos para a consolidação de uma memória nacional, tendeu a valorização somente o discurso elaborado pelos grupos políticos republicanos civis, destacadamente os cafeicultores paulistas.

A autora Lourdes Monaco Janotti, avalia autores distintos e nos instiga a pensar de que é interessante notar que, para a constituição das memórias, contribuíram tantas obras claramente de vertente conservadora, um exemplo disso são as obras de Pedro Calmon e Hélio Vianna, em *História do Brasil* de 1961, também obras de cunho marxista como por exemplo as de Caio Prado Jr., marco teórico fundamental da renovação historiográfica das décadas decorrentes à de 1930. Calmon e Vianna, por sua forte e explícita simpatia pelo Império, não investigaram os desvios das lutas políticas dos inícios da República por desprezá-las enquanto objeto do conhecimento, Caio Prado Jr., por outro lado, igualmente não lhes deu nenhum destaque. Sua inovadora teoria não se deteve em acontecimentos políticos de curta duração, mas sim deu ênfase a força das transformações econômicas e sociais que, a partir de 1850,

impulsionaram o país rumo ao progresso varrendo com seu ímpeto impulsionando o velho regime (PRADO, 1957, p. 104).

Ao incorporar esta nova percepção de historicidade, muitos autores posteriores varreram para debaixo do tapete as “questiúnculas” menores e, com isso, não entenderam as possibilidades que o novo método lhes traria.

No entanto os contemporâneos opositoristas, durante os inúmeros conflitos que aconteceram durante os primeiros anos de República, avaliaram de diferentes formas e soluções políticas e de organização da Nação que não a instituiu. Por não terem triunfado, passaram como fantasias irrelevantes. Sob este ponto de vista, a autora Lourdes, aponta que os depoimentos que atestam a pluralidade de opção abertas para os rumos da sociedade foram submetidas as versões predominantes, em proveito da construção ideológica de um discurso interessado em afirmar que a paz e o consenso presidiram a chegada da República.

Isso foi percebido claramente por Alberto Sales, teórico do republicanismo, que denunciou em seu artigo de 1901, “Balanço Político, necessidade de uma reforma constitucional”, a manobra eleitoral de seu irmão, o presidente Campos Sales, que legitimava as oligarquias estaduais no poder (VITTA, 1965, p. 164).

Essa necessidade de aparentar uma união nacional em torno da República encobriu a ausência de coesão entre os próprios grupos militares e grupos civis que alcançaram o poder. Envolvidos pelos argumentos bem articulados dos senhores da situação, muitos historiadores desconsideravam as tentativas de desestabilizar o regime transgressor por monarquistas e republicanos desiludidos. Contudo, o Visconde de Ouro Preto, presidente do último gabinete do Império, publicou em 1891 o Advento da ditadura militar no Brasil advertindo que necessitava dar o seu testemunho, porque sabia que “a visão dos vencidos procurava ocultar a realidade dos fatos”. Instituição que se comprovou na denominada memória nacional (FIGUEIREDO, 1891, p. 18).

Certamente, os acontecimentos provocados em 1889 manifestaram desdobramentos no panorama político da segunda metade do século XIX. Assumindo importância, partir da década de 1970, crises ministeriais, cisões partidárias seguidas por alianças entre grupos dissidentes dos Partidos Liberais e Conservadores, muitas

vezes incluindo membros do nascente Partido Republicano. A instabilidade política demonstrava as dificuldades do Partido em enfrentar questões inevitáveis como, a descentralização política-administrativa, a limitação do poder moderador e os empréstimos para a agricultura.

Em meio ao clima desafiador, duas forças novas cresceram no cenário político, o abolicionismo e o republicanismo, ambas conjugadas aos desenvolvimentos da interferência militar nas questões parlamentares. Colaborando na reordenação do sistema, o abolicionismo se estruturou como uma organização suprapartidária, espécie de frente ampla. Talvez ele pudesse se transformar em um elemento de forte poder renovador, mas falhou ao não se constituir em partido após 1888, dispersando então o grupo que o constituirá.

Mas a partir dessas uniões oportunistas, formou-se um grupo de políticos que ao rejeitá-las partiram em defesa da Monarquia em seus momentos finais. Os partidos do império nunca baseiam suas práticas políticas em uma teoria do regime monárquico, daí se compreender por que, nos anos 80, havia entre eles a convicção da improbabilidade do reinado da princesa Isabel, figura pouco apreciada.

Outra ramificação que a autora analisa é a esfera social, as transformações econômicas que a partir da segunda metade do século XIX se processaram no Brasil, em consonância com as novas exigências do capitalismo, corresponderam ao aparecimento de diferentes camadas urbanas, ao fim do escravismo, à ascensão da burguesia agrária ligada aos novos polos dinâmicos da economia.

Com o aparecimento da República, coube ao Exército a missão temporária de ocupar o poder e institucionalizar o novo regime, enquanto a burguesia se organiza para neles se instalar definitivamente e de forma hegemônica.

A passividade de D. Pedro II perante os militares que o depuseram estava contida em sua declaração de “submeter-se, pela força das circunstâncias e para a tranquilidade do povo brasileiro, à imposição que lhe era feita...” Isso Granjeou-lhe o reconhecimento dos revolucionários e, naturalmente, o ressentimento dos monarquistas, bem expresso na fala de Lourenço Cavalcanti de Albuquerque, ex-ministro do Gabinete de Ouro Preto:

Se houvesse cabido em minhas forças, eu teria feito a contrarrevolução até o dia 18; mas, depois do embarque do imperador [...] eu não a promoveria,

ainda que tivesse à minha disposição o mais poderoso exército do mundo. As monarquias restauradas são fatalmente reacionárias e efêmeras (BRINTON, 1958, p. 111-112).

Por não se ter solidificação na ideologia da maioria dos políticos ao Império, foi imediata a enxurrada de adesões de liberais e conservadores a República. Abaladas as bases partidárias tradicionais, era esperado que continuassem as alianças eleitorais. Como os republicanos não tinham quadros suficientes para prescindir da influência dos políticos das extintas organizações partidárias, compuseram-se facilmente com os antigos chefes, momentos quanto se lhes afigurou a necessidade de frear a influência militar e os movimentos populares jacobinos.

A autora Lourdes Monaco Janotti, finaliza com uma reflexão das análises historiográficas. Tanto os contemporâneos como a maioria dos historiadores viram o advento da República como uma fatalidade histórica.

A percepção fatalista, utilizada como categoria para a compreensão do passado, baseia-se na inevitabilidade da evolução dos acontecimentos. De modo geral e esquemático, esse discurso articula-se em torno de avaliação conjunturais do final do Império, concluindo que as instituições monárquicas havia a tal ponto se esclerosado que, dentro dos antigos moldes do poder, não seria possível absorver quaisquer mudanças provenientes da rearticulação das forças econômicas políticas sociais. O mundo transforma-se, modernizava-se e o velho regime estava, pelas leis da natureza, ou da ciência, dependente da formação teórica do autor, fadada a ser substituído pelo novo, a República:

À medida que avançamos na evolução do Império, a agitação interna vai perdendo em intensidade e as questões externas vão sendo resolvidas [...] a Monarquia realizou e, mais do que isso, preservou a unidade nacional. Mas... com isso terminou a sua missão. Esgotada a seiva que a alimentava a Monarquia acabou se esgotando, perdendo a sua razão de ser. Tanto se dedicou ao problema da unidade que, se não se esqueceu, pelo menos deu muito pouca atenção a outros problemas que agora, resolvido o da unidade, surgiam como problemas básicos. Referimo-nos ao desenvolvimento económicos, ao estímulo a emigração, a educação pública, as escolas as escolas técnicas, etc.: problemas que a Monarquia não se apresentava em condições de resolvê-los. Daí a Monarquia ter sido abandonada, a daí se explicar a facilidade pela qual ela caiu. Surgia a República, recebendo como herança os problemas da Monarquia e aos quais vão ser acrescentados os seus próprios problemas (JANOTTI, 1971 p. 333-334).

Nos últimos anos dez anos, a produção historiográfica brasileira vem procurando se libertar das determinações fatalistas, mas, muitas vezes,

equivocadamente fragmentando, no exame da multiplicidade dos seus objetos, a própria abrangência do seu discurso. Ao lado de inegáveis avanços no conhecimento histórico, nota-se em parte essa produção a tendência de descartar, sem utilizar parâmetros críticos seguros, a valiosa contribuição do revisionismo marxista e do mal denominado “história positivista”. Descer ao particular é uma incursão desejável, assim como perceber historicamente o cotidiano, a memória e as manifestações culturais. Entretanto, esses procedimentos exigem um retorno dialético a geral. Impõe-se uma volta a história da longa duração com o objetivo de redimensionar a descoberta realizadas e, neste fazer criativo, a erudição indubitavelmente assumirá papel primordial (JANOTTI, 1998 p.143).

Podemos concluir que a historiografia sofre metamorfose inúmeras vezes durante o tempo, e cada autor determina como seu norteador de avaliação de fontes suas bases teóricas, cada uma delas vai ter um olhar distinto perante as fontes e os fatos do tema discutido. Podemos também ter uma ideia de que muitas vezes a historiografia pode ser “manipulada”, de acordo com o agente no poder de cada época. A visão dos vencidos não pode ser determinada “verdade” e muito menos dos derrotados, pois há muitas ramificações e questões que talvez nunca se encontre todas as respostas, por isso para que uma análise seja bem-feita do fato, período histórico, ou agente histórico, o historiador deve ter “respeito” pelas suas fontes e não usar de anacronismos para sua transposição, ou interpretação. Após a Proclamação da República duas vertentes de interpretações surgem como a autora Emília da Costa Viotti deixa claro:

Duas linhas de interpretação surgiram já nos primeiros anos: a dos vencedores e a dos vencidos, a dos republicanos e a dos monarquistas, aos quais vieram juntar-se com o tempo alguns republicanos que, desiludidos com a experiência, aumentaram o rol dos descontentes, exaltando as glórias do Império e ressaltando os vícios do regime republicano (VIOTTI, 1998, p. 387).

Os republicanos queriam tanto a República com ideias de modernização, democracia, liberdade para a população e autonomia para os Estados, porém ao se instituírem como novo regime continuaram com muitas das manias do antigo regime. Para Souza, o foco do sistema político do início da República era o do poder localizado diretamente nos Estados, em especial nos mais fortes, economicamente, era liberal em sua forma e oligárquico em seu funcionamento.

Para a autora Ana Lucia Backes, a nova elite que assume o novo regime, é centrada em outros valores, ele defende um estado com burocracia impessoal, competente, e a separação entre Igreja e o Estado, queriam novas condições de trabalho que substituíssem o trabalho escravo. Cria-se uma nova simbologia a referência de que a nova era será o oposto do Império, seria guiada pela razão e pelas ciências, oposição clara ao atraso, a letargia e aos privilégios (2009. p. 19).

A república trouxe mudanças na base política ao instituir o presidencialismo, o federalismo e a eleição direta para presidente e governador, também a implementação do sistema representativo ao fazer a representação política de baixo para cima. Esse sistema proporcionou o coronelismo. Para Backes, está é a base do sistema coronelista descrito por Victor Nunes Leal:

Um sistema de compromisso recíproco entre os coronéis locais, os governos dos estados e o governo central, que esvazia o sistema de coronelista estancou o desenvolvimento não só dos direitos políticos como dos direitos civis - a maioria da população, que vivia no campo, permanece submetida aos coronéis nas fazendas, que controlavam o delegado, a professora, o padre, o juiz, além da apuração das eleições. O regime republicano se estabilizou a partir daí, consolidando o pragmatismo e isolando as tendências mais radicais. Os grupos mais fortes em cada estado se estabilizam no poder, e as minorias são excluídas (LEAL, 1997, p. 30).

Para José Murilo de Carvalho, a República para ser democrática, precisava ser exercida pela soberania popular, ser governado por si mesmo, o oposto da Monarquia, que era governado por uma família, um chefe não eleito pelo povo, antidemocrático. No plano político, republicano e democracia tornavam-se a mesma coisa, a República era vista como o único lugar da democracia. Além da democracia, outros pontos de referência nos parâmetros republicanos era o federalismo, em que eles consideravam ser a solução para manter a unidade nacional. Isso passa a ser a tríade, república, democracia e federalismo, mas após a proclamação os republicanos tiveram que deixar de lado a participação popular, a democracia representativa com a divisão dos poderes, para conseguir se legitimar, e assim ficou sustentado por dois alicerces, a República e o federalismo, onde o cidadão é substituído pelo Estado. “O federalismo engoliu a democracia” (2011, 48). “Ao escolher uma modelo república, este tinha que estar de acordo com a solução que buscavam para os problemas que enfrentavam, como o abolicionistas e reformistas monárquicos que propunham leis de reformas agrárias, além de educação dos libertos a fim de incorporá-los a vida nacional e na



identidade da nação, porém entre a Abolição e a Proclamação da República nada foi feito” (CARVALHO, 1990, p. 23).

Mais uma manifestação de diminuição da democracia na instalação do novo governo foi representada também na lei eleitoral de 1881, fez uma drástica redução de cidadãos aptos para votar, reduziu de 10% para 1% o número de eleitores da monarquia para a República, uma forma de restrição imposta ao exercício de cidadania. No Rio de Janeiro, subtraídos da população total aos menores de 21 anos, as mulheres, os analfabetos, as praças, os religiosos e os estrangeiros, eram excluídos do direito ao voto 80% do total da população. Para José Murilo de Carvalho: “a exclusão de 80% da população do direito político do voto já é um indicador do pouco que significou o novo regime em termos de ampliação da participação”. E continua o problema de exclusão popular nas eleições seguintes, pois em “1894 votavam 7857 pessoas, ou seja, 7% do eleitorado potencial, 1,3% da população”. “E ainda nas eleições presidenciais de 1910, apenas 18% do eleitorado do Rio de Janeiro tiveram seus votos válidos”. Assim, “a República conseguiu quase literalmente eliminar o eleitor”, não existiam. O ato de votar era uma operação de capangagem”. A maioria dos votos era falsa: “votavam defuntos e ausentes, e as atas eram forjadas” (CARVALHO, 1987, p. 85-89).

Para a autora Maria Efigênia de Lages Resende, de acordo com a lei eleitoral de 1888, o Império exigia que os eleitores soubessem ler e escrever, e que possuíssem a qualificação de propriedade, excluindo assim grande parte do eleitorado, p. 100). Com a Constituição de 1891, a população teve acesso a direitos sociais, na medida em que a lei se ateu em garantir os direitos individuais, como o direito de propriedade. No entanto, os direitos políticos ficaram aquém do esperado, porque foi retirada a exigência de direito de Propriedade. Já exigência de ser alfabetizado ainda vigorava, excluindo os analfabetos e as mulheres que também se encontravam nesta lista de exclusão. Dessa forma, Resende analisa que as leis da República instituíram o regime representativo democrático, abrindo juridicamente a participação no processo político, mas, ao mesmo tempo, cerceia o funcionamento do mesmo, excluindo a participação popular como um todo. Neste sentido a república pouco significou no aumento da participação popular na política (2008, p. 100-103).

Após a Proclamação da República, a primeira atitude era na formação da Constituição e na descentralização do poder, igualando, conseqüentemente, as forças de atuação presentes na sociedade do período. Porém, a autonomia estatal beneficiou o setor cafeeiro em detrimento dos demais, tendo em vista que este já possuía o poderio econômico e através do novo sistema adquiriu poder político. Segundo Maria Campello de Souza, dentre as regiões produtoras, uma, a cafeeira, localizada no centro-sul do país, constituiu-se como polo dinâmico da economia. Suas necessidades de expansão, estimuladas pelo mercado externo, estavam contidas pela rígida centralização monárquica. Neste sentido, o movimento republicano, ao lutar pela autonomia regional de modo a promover ligações diretas dos Estados com o mercado internacional sem as injunções da União, simbolizava as reivindicações daquele setor (1978, p. 162-164).

Neste contexto a autora situa a instalação do regime federativo como uma forma de mascarar uma nova centralização baseada nos interesses da oligarquia dos cafeicultores. Essa centralização, na prática, vinha em sentido contrário ao que estava no texto constitucional. As únicas oligarquias que sobressaíram com essa nova forma política foram a mineira e a paulista. Havia outras oligarquias subsidiárias no país, mas, com a federação instalada, está são as únicas que conseguem se estabelecer com significativo poder de exportação, poderio financeiro e uma significativa força política (SOUZA, p. 165-170).

O discurso dos republicanos era sobre um governo democrático, dirigido pelo povo, e que a classe se misturava com a Nação, apagando as diferenças entre ambos. E o representante do povo aparece, no Estado bem como aparece no discurso ideológico apoiado em mecanismos que difundem conceitos de Nação e de democracia. A proposta política dos representantes do Partido Republicano é estabelecer o Estado de Direito, em que a vontade da classe fosse reconhecida e passasse a ser a vontade nacional.

A autora Emília Viotti da Costa em sua obra *da Monarquia a República*, faz uma análise de como esse tema vem sendo discutido ao longo dos tempos. Traz ideias tanto dos monarquistas como os republicanos. Em nos traz a difícil tarefa o historiador

é a crítica ao testemunho, pois com relação a esse fato temos somente testemunhos de pessoas que ou defendiam a República ou apoiadores da Monarquia.

Max Leclerc, viajante francês que percorreu o Brasil por ocasião da Proclamação da República, é um desses testemunhos que autora relata, ele deixou suas impressões um livro chamado Cartas do Brasil. “A revolução está terminada e ninguém parece discuti-la, mas aconteceu que os que fizeram a revolução não tinham de modo algum a intenção de fazê-la e há atualmente na América um presidente da República à força. Deodoro desejava apenas derrubar um ministério hostil. Era contra Ouro Preto e não contra a Monarquia. A Monarquia caíra. Colheram-na sem esforço como um fruto mauro” (1942, p.16).

“Falara-se em cumplicidade dos fazendeiros, mas a seu ver a verdadeira cumplicidade era a do silêncio e da força de inércia” (LECLERC, 1942, p.17). “O edifício imperial, mal construído, edificado para outros tempos e outros destinados, para outros tempos e outros destinos, já não bastava às necessidades dos novos tempos. Incapaz de resistir à pressão das ideias, das coisas e dos homens novos já se tornaram caduco e tinha seus alicerces abalados (LECLERC, 1942, p.131).

As contestações que estavam presentes no movimento republicano, já vêm à tona nos primeiros meses da República, quando se tenta organizar o novo regime. As forças que primeiramente tinham se unido em prol do movimento republicano, entram em choque neste momento. Com o passar do tempo os descontentamentos só aumentam. Era impossível manter a estabilidade e a paz no país, quando havia tantos grupos disputando a liderança. A aparente fraqueza do regime recém-criado dava esperanças aos monarquistas, que sonhavam com a restauração. Os militares eram solicitados a intervir nas questões políticas que dividiam a nação. Em São Paulo os republicanos dividiam-se desde os anos iniciais do novo regime. A política exterior do governo republicano despertará também, desde 1889 inúmeras críticas. Nem todos aprovaram propositalmente as tomadas pelo governo de estreitar relações com os Estados Unidos. A assinatura do tratado de reciprocidade comercial entre o Brasil e os EUA, trouxe comentários pouco favoráveis (LECLERC, 1942, p. 135) ou seja:

O governo americano isentava o café e certos tipos de açúcar de direitos de importação, mas recebia em troca isenção de direitos sobre as farinhas de trigo e vários outros artigos americanos, obtendo ainda para os demais

produtos uma redução de 25% nas tarifas da alfândega. As cláusulas prioritárias amplamente benéficas aos Estados Unidos prejudicavam empresas nacionais chegando a arruinar algumas (PRADO, 1958, p.151).

A política de aproximação beneficiava os cafeicultores que para os EUA enviava boa parte de sua produção de café, mas prejudicava outros setores da sociedade que se diziam contra ao tratado e a essa política externa que somente beneficiava um setor produtor e se esquecia dos demais. Ocasionalmente em um distanciamento entre os produtores de café e os produtores do setor indústria. O governo pressionado por uns e outros, desenvolvia uma política hesitante e instável, descontentando finalmente a todos. Os setores mais rotineiros da agricultura, com produção tradicional, vinham com dificuldades financeiras no final do império e continuam sendo prejudicados pelo novo regime, pois eles pretendiam beneficiar os de maior produção e deixando esses pequenos produtores de lado, em suas políticas (LECLERC, 1942, p. 140).

O autor Coelho Rodrigues aborda em seu livro, publicado em 1906, com o nome de *A República na América do Sul*: “Não foi o povo, nem os chefes militares que fizeram a República, e sim os chefes doutrinários daqui e de São Paulo cujo políticos fazendeiros esperavam dela os proveitos que têm monopolizado e os meios de conseguirem a separação dos quatro Estados do Sul, consignados a um Ministro do governo Provisório e até hoje, confederados em transparente segredo para tirarem da União o máximo em troca mínimo possível (1906, p. 96).

Essa explicação, embora extremamente sugestiva, permaneceu mais ou menos ignorada pelos historiadores, e foi preciso que as oligarquias cafeicultoras entrassem em crise para que ela fosse novamente lembrada. As tensões entre civis e militares que existe desde o Império, se agravam nos pós proclamação. Para a proclamação os dois tanto civis quanto militares se uniram em favor da República, mas após o dia quinze de novembro, as oposições recomeçam. Alguns políticos tinham a esperança de depois da proclamação os militares iriam deixar o poder, e voltariam para os quartéis, deixando o poder nas mãos dos civis, foi esse também a ideia de Benjamin Constant, o mesmo entendia a democracia não poderia estar nas mãos de uma única classe, e que a predominância da espada no poder é uma forma de fazer com que seja mais fácil e mais eficaz em executar abusos. Mas Floriano Peixoto não

tinha essa mesma convicção, ele era favorável a uma ditadura da espada (COSTA, 1998, p. 406).

Alguns civis com medo de uma contra-reforma preferiram apoiar a candidatura do Marechal Deodoro a presidência da República, do que incentivarem a colocação de um civil neste cargo, dando a um militar a candidatura civil. O governo de Deodoro sofreu muito com a instabilidade política, resultando na renúncia de Deodoro a presidência. Assumindo assim o seu vice Floriano Peixoto, colocando em prática seus ideais de governo, mas os ânimos não se acalmam mesmo com todas essas mudanças, o seu governo chega ao fim sem muitas transformações, Floriano entrega a presidência a um civil (COSTA, 1998, p. 408-409).

Segundo a autora Emília Viotti da Costa, em sua obra *Da República a Monarquia*. Os primeiros anos de República foram bem agitados, revoltas, conflitos, conspirações eclodiram por toda a parte. Em meio a toda efervescência sobressai a ação das classes armadas. “A vitória final do Marechal Hermes, em vez de eliminar as tensões, agravou-as. A política de “salvação nacional” levada a efeitos por ele, o expurgo de governantes, a intervenção das forças no cenário político e na administração fizeram excludentes os antagonismos entre civis e militares. A questão empolgava a nação. Sob a impressão desses antagonismos seria reexaminada a história do movimento de 1889” (1998, p. 402-403).

A análise da autora Emília Viotti da Costa, remete que a Questão Militar, procurava mostrar que se favorecia pelas agitações abolicionistas, aumenta o conflito entre militares e civis, cresce a indisciplina militar, tudo isso levará a conspiração à República.

O descontentamento somente aumentava, expressava-se um espírito de mudança, vivia-se um período revolucionário. “Generalizou-se a ideia de que era preciso realizar profundas transformações no país. A inquietação social e política fazia ver aumentados os vícios da República e acarretava, em contraposição, a idealização da Monarquia. Uns, diante das dificuldades do presente, eram impelidos a idealizar o passado; outros procuravam neste mesmo passado a origem dos males presentes” (COSTA, 1998, p. 406).

## CAPÍTULO II

### A Monarquia

Antes mesmo de analisar a Proclamação da República, que é o enfoque do estudo, devemos analisar a monarquia que tínhamos no Brasil para entender esse processo de transição de governo de Império para uma República, pois alguns dos fatores que culminaram nessa troca de governo fazem parte desse período histórico, as justificativas e ideais republicanos eram concretas e seriam de melhorias para todos inclusive a grande massa da população, mas percebemos que consecutivamente a Proclamação há, muito descontentamento por parte dos apoiadores e agentes do movimento republicano que nos fazem pensar de que maneira realmente essa transição foi benéfica ao Brasil.

Iniciaremos os estudos da monarquia no Brasil que se constituiu após a independência do país. O período monárquico é dividido em Primeiro Reinado que vai de 1822 a 1831, Regência de 1831 a 1840 e o Segundo Reinado de 1840 a 1889.

O Primeiro Reinado é onde se consolida a independência que ocorreu em 7 de setembro de 1822, elabora-se a Constituição de 1824 inspirada nas constituições da Espanha e da França e com a tentativa de concretizar os princípios de liberdade, a manutenção da organização socioeconômico e político do Estado e da monarquia, constitui-se o Estado Nacional. A Constituição outorgada não apenas modelou a formação do Estado, como teve importante papel na garantia do estabelecimento institucional necessária para a consolidação do regime monárquico.

A Carta Magna definiu como forma de governo a monarquia hereditária, constitucional e representativa que, em acordo com os princípios liberais, tinha no imperador e na Assembleia Geral os representantes da 'nação brasileira'. Foi estabelecido um governo unitário, onde os poderes concentravam-se no governo central, e o território brasileiro foi dividido em províncias, cujos presidentes subordinavam-se ao chefe do Poder Executivo, o Imperador. Nas cidades e vilas o governo econômico e administrativo compete às câmaras, compostas por vereadores eleitos, cujas atribuições deveriam ser definidas por lei complementar (BRASIL. Constituição (1824), art. 167 e 169).

A Constituição definiu juridicamente aqueles que usufruíram a condição de cidadão, a quem ficava assegurada a inviolabilidade dos direitos civis e políticos, tendo por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade. Estava constitucionalmente assegurada a liberdade de expressão, a liberdade religiosa, o direito à propriedade, a instrução primária gratuita, a independência do poder judicial, o fim do foro privilegiado, o acesso ao emprego público por mérito, entre outros direitos (BRASIL. Constituição (1824), Título VIII). Dentre os cidadãos, o texto constitucional incluiu os ingênuos e libertos nascidos no Brasil, os filhos de pai brasileiro, os ilegítimos de mãe brasileira nascidos no exterior que fixassem domicílio no Império e os filhos de pai brasileiro em serviço em país estrangeiro, ainda que não se estabelecesse no Brasil, além de todos os nascidos em Portugal e suas possessões que residirem no país por ocasião da Independência (BRASIL. Constituição (1824), art. 6º).

A autonomia brasileira impõe-se em detrimento do “partido português”, com a abdicação de Dom Pedro I que ocorreu em 7 de abril de 1831, e assim assumindo o trono seu filho Dom Pedro II de apenas cinco anos de idade.

Dom Pedro I em 1824 detinha plenos poderes, mas os anos que se seguiram esse poder foi se esgotando, um dos principais fatores foi a guerra entre Brasil e Buenos Aires. As disputas se deram a partir de 1825 com uma rebelião regional que proclamou a separação do Brasil. A disputa ficou conhecida como Guerra da Cisplatina, em que o Império brasileiro entrou em conflito com as Províncias Unidas do Rio do Prata.

A Guerra da Cisplatina foi um desastre tanto para os militares brasileiros, como financeiramente para o Império. Os brasileiros foram vencidos em 1827 e a paz veio por meio da interferência inglesa que tinha interesse comercial no Brasil. A Inglaterra precisava refazer as transações comerciais que foram rompidas com o conflito em 1828 e o Brasil perde o território da Província da Cisplatina, garantindo o surgimento do Uruguai como país independente e a navegação livre no Rio da Prata.

Um dos graves problemas da guerra foi o recrutamento forçado para os brasileiros, o que gerou muito descontentamento. Muitos dos quais não tinham o

mínimo de conhecimento de batalha, e esperavam ser recompensados com terras, o que não aconteceu.

Entre as elites políticas a divisão era bem evidente. De um lado os absolutistas, que defendem a ordem e a propriedade privada, o Império e seus abusos contrários a legalidade, e de outro lado os liberais que embora também defendem a ordem e a propriedade privada, defendiam a liberdade constitucional.

Com a situação cada vez mais insustentável no âmbito político, econômico e social Dom Pedro I se vê obrigado a abdicar do cargo de Imperador, iniciando assim o outro período da Monarquia.

A regência é um período conturbado onde a restauração fica para trás, abrem-se novas e candentes questões. A principal é choque de interesses entre os grandes proprietários rurais, que são oposição a D. Pedro I, e as classes populares que mesmo com tantas mudanças ainda detêm pouco poder de decisão. Espraia-se uma onda de revoltas ao mesmo tempo em que a reação dos que dominam o poder acaba por vencer com o golpe da maioria em 1840 (CASALECCHI, 1989, p. 8).

Esse período é denominado dessa maneira pois o Brasil neste período foi governado por regentes, pois o herdeiro direto do trono, Dom Pedro II, tinha apenas 5 anos quando o pai abdicou do trono, portanto não poderia assumir o poder.

Foi um período marcado por muitas revoltas regionais, algumas de caráter separatista e conflitos políticos e revoltas sociais. Algumas dessas foram a Cabanagem no Pará que durou de 1835 a 1840, a Sabinada na Bahia de 1837 a 1838, a Balaiada no Maranhão de 1838 a 1841 e a Guerra dos Farrapos no Rio Grande do Sul de 1835 a 1845. Essa fragilidade foi provocada, principalmente pela falta de um governo organizado e capaz de orquestrar as forças políticas do país e resolver problemas básicos da população pobre brasileira.

Na política houve disputas entre três grupos políticos, os restauradores ou caramurus, que estavam organizados mais no âmbito militar, lutavam pela volta de D. Pedro I, o grupo enfraquece após a morte de D. Pedro I em 1834. Os liberais moderados, organizavam-se no âmbito da sociedade auxiliadora da Independência Nacional, lutavam pela consolidação de uma monarquia constitucional e não tinham aprofundamento de modificações sociais. E os Liberais radicais ou Farroupilhas que



se organizavam na sociedade Federal, antiabsolutistas, defendiam a federação e a descentralização. Assumem o senado de forma provisória por escolha dos deputados, José Joaquim Carneiro de Campos, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e o Brigadeiro Francisco de Lima Silva. Esse governo teve como função principal realizar eleições para uma regência permanente.

O golpe da maioria que é o ponto central desse período aconteceu em 1840 quando os liberais, defendiam Dom Pedro II no poder mesmo sem ele atingir a maioria estipulado em 18 anos. Confirmavam que somente a figura forte do imperador poderia ser capaz de retomar a ordem no Brasil, e podendo assim colocar fim às rebeliões e ao risco de fragmentação do território. Assim os liberais conseguiram, através desse golpe, levar ao poder Dom Pedro II com apenas 14 anos de idade. E assim o período regencial chega ao fim no Brasil.

O Segundo Reinado, é o mais longo período da monarquia que vai de 1840 a 1889, e ele é dividido em três momentos de 1840 a 1820 é o da consolidação, onde são votadas leis garantindo a ordem até então ameaçada pelas revoltas populares, período em que o imperador se encontra no poder e estabelece a seu modo sobre o país, colocando políticos e províncias rebeldes sob seu controle. O auge que vai de 1850 a 1865, quando o poder do imperador era amplo e sua posição estava consolidada, acontece as revoltas silenciadas por uma legislação reacionária, a “ordem” impõe uma “estabilidade geral”. É o momento do primeiro surto de realizações materiais sob a tutela dos grandes proprietários e “capitalistas” em aliança com capitalismo britânico (CASALECCHI, 1989, p. 8). E o declínio período que vai de 1864 a 1870 é a época da guerra do Paraguai, de muitas tensões e crise, apesar do progresso material, as contradições do sistema se intensificam, abrem-se francamente a propaganda republicana, quando surgem contestações contra a posição de D. Pedro II, e a economia do Brasil não vai muito bem.

Uma outra característica da época é a sua organização partidária onde o partido Conservador e o Liberal oscilavam no poder, e não se tinha mudança alguma com esse fenômeno, a política era sempre a mesma, pois tanto um quanto o outro representavam os interesses dos grandes proprietários, a elite não do povo. Como o autor Casalecchi deixa claro:

O que mais caracteriza a monarquia é o predomínio em todos os níveis, dos interesses dos grandes proprietários de terra, escravos e capitais em prejuízo das camadas populares. A constituição de 1824, com o seu caráter classista, impede totalmente a participação popular nos órgãos de decisão. Por ela, o poder será dividido entre o Legislativo, Executivo, Judiciário e Moderador (1989, p. 8-9).

Tanto um partido quanto o outro tinham leves diferenças de posição ideológicas e de classes. Os conservadores eram partidários de uma grande centralização do poder nas mãos do Imperador, enquanto os liberais defendiam maior autonomia das províncias. Nesse sentido, as historiadoras Lília Schwarcz e Heloisa Starling falam que conservadores se sustentavam na “aliança da burocracia com o grande comércio e a grande lavoura de exportação”, e os liberais, em “profissionais liberais urbanos unidos à agricultura de mercado interno” (SCHWARCZ, 2015, p.282).

A partir de 1862 surge o partido Progressista, composto por liberais e conservadores moderados. Em 1870 o partido Republicano propõe a República como forma de governo, e passa a ser o principal opositor a Monarquia. Além das características políticas temos as características econômicas do período da monarquia, onde a base da economia brasileira vinha diretamente da agricultura, com a produção de açúcar, algodão arroz, tabaco, couro e peles, mas o café se torna o principal produto do mercado brasileiro, assim:

Os exames dos dados indicam o crescimento rápido de um produto - o café. Cultivado no Brasil desde o século XVIII, passa a ser o grande produto de exportação a partir dos anos 30 do século XIX. O consumo cada vez maior no mercado internacional, especialmente nos EUA; as condições favoráveis de solo e clima nas proximidades do Rio de Janeiro que tinha a conveniência de ser um importante porto de exportação, além de facilidade de transporte e mão-de-obra, propiciam a rápida expansão do café (CASALECCHI, 1989, p. 17-18).

O trabalho vinha das mãos escravas, um sistema econômico monocultura, latifundiária e escravocrata as características da nossa economia no período monárquico. O grande carro chefe da economia brasileira na época era a produção do café, as zonas de maior produção de café foram três Vale do Paraíba que se localizava entre São Paulo e Rio de Janeiro, Oeste Paulista e São Paulo e a Zona da Mata em Minas Gerais.

A produção de café instalasse no Rio Paraíba como primeira zona de plantação, onde se encontrava as grandes lavouras de café, utilizava principalmente mão de obra escrava, e a medida que o número de escravos foi sendo reduzido no país, essa região

se torna a maior compradora de escravos de outras regiões do país. E se têm o surgimento dos “barões do café”, uma nova aristocracia rural. Essa aristocracia era a favor e totalmente apoiadores da Monarquia.

Nos anos de 1870 esse espaço começa a dar os primeiros sintomas de desgaste de terra, pela grande produção instalada no local. Com a abolição da escravidão em 1888, a crise neste território somente se agrava, a produção decai muito e os gastos com escravos se torna uma condição desvantajosa.

No Oeste paulista emerge uma nova aristocracia, com grande produção de café, fazendeiros de hábitos urbanos, passam muito tempo nas cidades, e começam a ter contatos com as ideias de abolição da escravatura, ideias positivistas e da República. Essa aristocracia pelo contrário da elite do Rio Paraíba, não apoiavam a monarquia e não concordavam com a centralização do poder nas mãos do Imperador. Com a proximidades das ideias abolicionistas esses produtores vão substituindo o trabalho escravo, e iniciam um mercado de produção com base em mão de obra assalariada, usando os imigrantes e os ex-escravos libertos pela Lei Áurea, e usando mecanismos tecnológicos para uma melhor e mais rápida produção.

O autor José Ênio Casalecchi em sua obra *A Proclamação da República* desenvolve o conceito de que o surto de progresso, a partir de 1850, vinculasse a esse desenvolvimento da cafeicultura. Contribuíram para isso também dois outros fatores: 1) o tráfico de escravos concentrava grandes capitais que passam a ser investidos em outros setores; um relatório da Câmara dos Deputados, em 1860, assim se refere aos efeitos da extinção do tráfico: “Este fato, como é sabido, teve um imenso alcance, mudando completamente a face das coisas na agricultura, no comércio, na indústria. Os capitais que eram empregados nestas ilícitas transações (refere-se ao tráfico de escravos) afluíram à praça”; 2) os surtos de curta prosperidade econômico ocorridos com as culturas da Cana-de-açúcar, do algodão e especialmente da borracha (1989, p. 30-31).

A partir de 1850, indica Caio Prado Jr., fundam-se “62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de mineração, 3 de transportes urbanos, 2 de gás e 8 estradas de ferro”.

O surto de desenvolvimento não cobriu todo o país, ele ficou concentrado principalmente no Centro-Sul, e foi responsável pela estabilidade da Monarquia e pela paz do Império.

O autor José Ênio Casalecchi explica que o desenvolvimento econômico ao propiciar um acúmulo de capitais nas mãos dos fazendeiros, ao desenvolver o setor manufatureiro e as atividades comerciais e de transportes ferroviários, é acompanhado, necessariamente, de um crescimento dos centros urbanos, sedes de muitas dessas atividades. “Algumas cidades crescem, aquelas próximas aos centros produtores de café, os portos de exportação e importação; outras nascem, ao longo das linhas férreas que acompanham a marcha do café, outras quase desaparecem, ligadas que estavam a antigos caminhos do café. Há regiões que entram em decadência”. Mas o que nos interessa ressaltar é o crescimento de alguns centros urbanos. A província de São Paulo, que em 1832 tinha 45 vilas e 1 cidade, passa para 57 cidades e 69 vilas, em 1887. A ferrovia, facilitando as comunicações mais afastadas com as cidades, leva os grandes proprietários, especialmente das regiões mais novas do café o Oeste, a viverem nas cidades. Elas se modernizam: praças, teatros, hotéis, transportes urbanos, iluminação a gás, atividades manufatureiras e comerciais. [...] Como se vê, é ainda um crescimento que se concentra em algumas grandes cidades e não ganha as cidades menores do interior. [...] As cidades do interior são mera extensão do domínio rural. Moradia eventual ou permanente do grande proprietário rural, que se transforma no “mandão local”, dominando as pessoas e os cargos públicos desses burgos do interior (1989, p. 22-23).

A campanha abolicionista seguiu um longo percurso e foi um dos grandes acontecimentos que marcaram o Segundo Reinado. Quando D. Pedro II assumiu o Império, o Brasil era pressionado pela Inglaterra a proibir o tráfico de escravos da África. Com a proibição do tráfico, em 1850, a monarquia iniciou uma transição bem lenta, com a implantação de leis para amenizar e adequar a sociedade até a abolição do trabalho escravo do país, em 1888, durante os momentos finais da monarquia brasileira. Após a abolição a base social do governo imperial se desfez.

Após a Lei Áurea ascende entre os grandes fazendeiros clamam pela República, conhecidos como Republicanos de 14 de maio, insatisfeitos pela decisão monárquica do fim da escravidão se voltam contra o regime.

Os fazendeiros paulistas que já importavam mão de obra imigrante, também estão contrários a monarquia, pois buscam maior participação política e poder de decisão nas questões nacionais.

Outro importante acontecimento do Segundo Reinado foi a Guerra do Paraguai, conflito que começou em 1864 e acabou em 1870 com a vitória do Brasil e de seus aliados. Nesse combate, Brasil, Argentina e Uruguai uniram-se para lutar contra o Paraguai e contra o ditador Solano López. A Guerra do Paraguai foi resultado dos choques de interesses que existiam entre as nações sul-americanas e teve como consequência final a destruição do Paraguai. Para o Brasil, as grandes consequências foram o enfraquecimento da monarquia e a instauração de uma forte crise econômica no país.

A decadência da monarquia, resultado de seu enfraquecimento nos meios políticos e nas elites econômicas do Brasil, fez com que o republicanism ganhasse força como alternativa política. Essa forma de governo foi viabilizada pela conspiração dos militares contra a monarquia.

A transição do Império para a República é um momento de grandes transformações, e essas mudanças já estavam sendo sentidas desde a Guerra do Paraguai, no final do século XIX, as tradições imperiais foram abaladas, especialmente por mudanças específicas e que foram aos poucos desestruturando o regime. Vários setores da sociedade estavam descontentes com a política imperial, e buscavam outras formas de representação que atendesse aos seus anseios como a de maior participação na vida pública.

A Guarda Nacional de 1831, inspirada no modelo francês era chamada de milícias cidadão, com base liberal, que em sua origem seu projeto era democratizante, no fim do império “era o oposto: tratava-se de criar não o cidadão-soldado, mas o soldado-cidadão. (...) Para isso só não renunciavam a condição de integrante do Estado, como se utilizavam da força que está condição lhes dava”. Era uma luta de dentro para fora em busca de maior participação por pertencerem ao Estado. Neste

caso, “não se tratava tanto de cidadania, mas do que poderiam chamar de *estadania*”. Era ser reconhecido como cidadão, ter status social e também de profissão, que no caso específico era a hierarquia militar (CARVALHO, 1970, p. 49).

O trabalho da Guarda Nacional ao longo de quase nove décadas enquanto instituição civil, mas de estruturas militarizada, contribuiu para que a socialização fosse sendo constituída através da representação e integração dos líderes das organizações partidárias com o povo, ou seja, cada líder político detinha de uma área de atuação uma parcela da população que estava sob sua proteção, eram empregador, agregados, vizinhos sitiados de poder aquisitivo menor e por isso dependiam da sua proteção (LEAL, 1975, p. 50). Essa socialização era resultado do ato de atender as necessidades do povo e de reunir os eleitores para a votação. Essas organizações partidárias com a experiência técnica acumulada ao longo do tempo atuaram no sentido de atender os problemas sociais. Esse uso de capital simbólico foi uma prática utilizada pelos coronéis na época do império, enquanto chefes locais da Guarda Nacional, atuavam em conjunto para as políticas em busca de benefícios para si próprios e para a sua região. A concentração de terras nas mãos de poucos e com isso a formação de grandes latifundiários em posse dos coronéis, gerou um grande número despossuídos que não tinham alternativas a não ser a de se submeter a proteção dos coronéis:

Como alternativa de sobrevivência [os trabalhadores, camponeses] teve que vender a sua própria força de trabalho. Mas estas relações de trabalho e de produção não se concretizavam sob a forma explícita de um contrato de trabalho, mas gerou na prática uma espécie de obrigação que tornou o trabalhador da terra um agregado da grande propriedade rural e do dono das terras, executando toda espécie de serviço (o bandido, por exemplo) (CORRÊA, 2006, p. 61-62).

O exercício é outro grupo descontente com o Império, descontentamento dos oficiais de baixo escalão do Exército Brasileiro pela determinação de D. Pedro II que os impedia de manifestar publicamente nos periódicos suas críticas a monarquia. Se sentiam marginalizados e exigiam mais participação na vida política, queriam mais expressão e representativa por tomar mais consciência de sua importância enquanto instituição após a guerra, definissem como superiores a Guarda Nacional. E isso foi agravada quando houve a disseminação do positivismo nas escolas militares pela influência do professor Benjamin Constant, dotando os militares de um forte “crítica

política e da concepção de uma missão cívica: expurgar o mal do país por meio da implantação de uma república positivista” (RESENDE, 2003, p. 105).

Diante de tantas pressões, o descontentamento do exército, a ação do Partido Republicano atacando diretamente a monarquia, a abolição dos escravos, a pressão de alguns setores da sociedade querendo mais participação na política, o governo imperial ficava na defensiva e um enorme abismo se criou entre o Império, o exército e os grandes que compunham a elite política provincial. Outro fator foi, o descontentamento da Igreja Católica frente ao Padroado exercido por D. Pedro II que interferia em excesso nas decisões eclesiásticas. As classes urbanas em ascensão buscam maior participação política e encontram no sistema imperial um empecilho para alcançar maior liberdade econômica e poder de decisão nas questões políticas.

Na ocasião da proclamação da República, muitos apontaram para a inevitabilidade do acontecimento, era esperada como um fruto certo, a aspiração da nação. Este fora o discurso da imprensa, como um evento inevitável. A República era o caminho para o progresso, era uma meta a ser alcançada. Então, chega-se à meta.

## CAPÍTULO III

### **A Proclamação da República nos livros didáticos do Ensino Médio de História**

O livro didático sempre foi utilizado com um objetivo central nas práticas de ensino, ele tem como objetivo de orientar as práticas de ensino tanto na história como nas outras matérias. é ainda o recurso mais comumente utilizado nas escolas, pois seu uso é amplamente consagrado no próprio processo de ensino (BALDISSERA, 1994, p. 11). Podemos perceber que por muitas razões, os professores utilizam os livros didáticos em suas aulas, essa confiança depositada talvez seja uma herança do passado. Pois acreditasse que seja a forma mais adequada de ensino, uma confiança na escrita, do pronto e sistematizado. Mas os livros didáticos só se tornarão um instrumento de importância, caso o professor saiba extrair do mesmo o conhecimento nele contido.

É importante analisar a formação dos escritores, pois a formação pode influenciar na construção da obra didática. Os resultados foram: Berutti, graduado em história, Marques, Bacharel em história Moderna e Contemporânea, Cotrim, Bacharel em história e Mestre em História, Campos, Doutor em história social, Claro, Mestre em história social, Alves, Mestre e doutor em Ciências e história econômica e oliveira, Mestre em ciências e história social.

Também consideramos importante analisar quantas páginas o autor escreveu sobre a Proclamação da República, pois a numeração de folhas, às vezes, não quer dizer se foi relatado muito ou pouco do assunto e sim a importância do texto num todo. Os resultados foram: todos os livros analisados foram em média, meia página à uma página sobre a Proclamação da República.

Em todos os livros analisados, podemos perceber que há sugestões de atividades diferenciadas como: preocupações com diálogos interdisciplinares sugerindo atividades para esse fim, todos trazem atividades focando o ENEM, ou vestibular com atividades para praticar para essas provas, sugestões de filmes e documentários para ampliar os estudos de cada tema abordado no livro.



Neste capítulo será feita uma análise textual de livros didáticos do ensino médio que foram aprovados no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) entre o período de 2010 a 2013, assim realizando uma contextualização sobre A Proclamação da República que aconteceu em 1889.

### 3.1 Primeiro Livro Didático

O livro analisado será do autor Gilberto Cotrim, *História Global*, o autor é bacharel em história, o livro é a segunda edição, e é o manual do professor, o autor procura abranger alguns aspectos dos processos históricos da sociedade, analisando questões econômicas, políticas, sociais e culturais. Deixa claro que ao longo do conteúdo tentou trazer contribuições mais recentes da historiografia.

O autor produz algumas indagações neste capítulo sobre o episódio liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca em 1889, bem como sobre os grupos políticos que apoiaram a mudança de regime, seus interesses e os motivos de não participação popular no processo.

No início do capítulo o autor lança a seguinte indagação: “Qual foi o alcance social das transformações republicanas?” A pergunta e a figura 1 se complementam, para um entendimento de que a república aconteceu a partir da articulação entre elites e militares, sem qualquer participação popular.

**Figura 1: Alegoria à Proclamação da República e à partida da família imperial**



Fonte: COTRIM, 2013, p.72

Na sequência o autor pede para o aluno analisar a imagem e lança duas questões:

Nesta imagem estão representados, simultaneamente, dois momentos marcantes da história brasileira. Que momentos são esses? Em sua opinião, qual deles recebe maior destaque? Como isso fica evidente? Descreva o grupo de pessoas que aparentemente não participa de nenhum dos núcleos de ação. Como você interpreta essa representação? (COTRIM, 2013, p. 72).

Com a imagem e com as questões abordadas pelo autor, o mesmo tem o objetivo de proporcionar ao aluno um entendimento do acontecimento e possibilitar um olhar mais crítico da formação da República e como ela foi instalada no país. Pois o destaque na imagem é dado a República, cuja cena aparece em primeiro plano, no lado esquerdo da imagem, envolvendo apenas as figuras que são como podemos perceber pelos trajes, membros da elite brasileira. O Marechal Deodoro da Fonseca é quem entrega a bandeira, acompanhado por outros militares, e também por alguns líderes republicanos. É ele também quem carrega o que parece ser a coroa do imperador deposto. Para receber a bandeira vê-se uma mulher que tanto pode representar a “nação brasileira” como a República. Esses personagens seguram nas mãos um documento escrito da proclamação. No canto direito, ao fundo, o imperador deposto e sua família embarcam para a Europa. Observando que todos os personagens estão de costas para eles. Na parte inferior direita da imagem, um grupo de negros e pessoas pobres observa e comenta, aparentemente, sem saber o que acontece (COTRIM, 2013, p. 335). Ao longo da explicação do autor, o mesmo deixa claro de que as elites estavam de concordância com relação a Proclamação da República, e que não fizeram questão da participação popular, ou seja:

A queda do regime monárquico e a proclamação da República ocorreram um clima de ordem e de concordância entre as elites. Provavelmente, a ideia predominante era mudar a forma de governo sem revolucionar a sociedade brasileira. Por isso, não houve interesse, por parte das elites, em convocar a população em geral para participar desse processo (COTRIM, 2013, p. 73).

O autor deixa explícito que os mesmos agentes que promoveram a proclamação também foram os que formaram o primeiro governo provisório da República, com a liderança de Marechal Floriano. Neste mesmo momento foi elaborado um documento que proclamava as decisões tomadas pelo novo regime, declarando também suas intenções e objetivos, sendo assim:

Embora esse documento qualifica, no início, a instituição da República como uma “revolução nacional”, os parágrafos seguintes contradiziam essa ideia.

O texto deixava claro que não haveria nenhuma transformação radical da sociedade e que a principal preocupação do governo provisório era defensora a ordem pública já existente a segurança e o direito dos proprietários brasileiros e estrangeiros. E, para acalmar possíveis temores dos países capitalistas, ainda declarava o compromisso do novo governo de pagar todas as dívidas que o antigo regime monárquico tinha com credores exteriores (COTRIM, 2013, p. 73).

O autor traz um subcapítulo nomeado “*Primeiras Providências*. Historiadores consideram que, entre as principais medidas pelo governo provisório, destacam-se:” Instituição do federalismo- as províncias imperiais foram transformadas em estados-membro da federação. Com isso, teriam maior autonomia administrativa em relação ao governo federal, cuja sede recebeu o nome de Distrito Federal, situado no Rio de Janeiro. Separação da Igreja e Estado- foi extinto o regime do padroado, por meio do qual o Estado controlava o Igreja Católica no país, e o catolicismo deixou de ser a religião oficial do Estado. E consequência, foram criados o registro civil de nascimento e o casamento civil. Até então, só havia a certidão de batismo e as pessoas casavam-se na igreja, em cerimônias religiosas. Criação de novos símbolos nacionais- para substituir os símbolos da Monarquia, foi criada, por exemplo, uma nova bandeira nacional, com o lema *Ordem e Progresso*. Sugerido pelo ministro da Guerra, Benjamin Constant, esse lema teve origem na filosofia do pensador francês Auguste Comte (1798-1857), que pregava “o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim” (COTRIM, 2013, p. 73)

Juntamente com essa explicação das mudanças o autor traz a imagem: A Pátria, obra de Pedro Bruno, de 1919, reproduzida na figura 2.

**Figura 2: A Pátria, obra de Pedro Bruno, de 1919**



Fonte: COTRIM, 2013, p. 73

A esposa de Benjamin Constant, positivista republicano, foi representada costurando a nova bandeira do Brasil. Com essa explicação o autor espera que os alunos interpretem que a Proclamação da República deu-se a partir da articulação entre elite e militares, sem qualquer participação popular (COTRIM, 2013, p. 335).

Há autores que têm a mesma vertente de ideias do autor Gilberto Cotrim, esse fato é considerado pela historiografia como um golpe militar pois, foi um movimento interno, ao alto escalão do Estado. O historiador Crane Brinton diz em sua obra *Anatomia das Revoluções* “Uma das maneiras de diferenciarmos um golpe de uma revolução pelos protagonistas da mudança do poder ou de governo” (1958, p. 48). Revolução é feita pelos externos ao Estado, como a população em geral, grupos de pessoas que não tenham igualdades de direitos como por exemplo os colonos, ou soldados rasos. Um golpe é realizado por um grupo de pessoas que estão dentro do Estado, como por exemplo comandantes militares, dirigentes políticos ou econômicos de altos cargos.

Para Viotti a República só foi possível por causa de mudanças nas estruturas econômicas e sociais, que, aos poucos, foram enfraquecendo a base do regime monárquico. Isso propiciou que as ideias republicanas fossem se disseminando.

Contudo, Viotti afirma que, mesmo sendo instaurado um novo regime, isso não significou uma ruptura, pois “as condições de vida dos trabalhadores rurais continuaram as mesmas; permaneceram o sistema de produção e o caráter colonial da economia, a dependência em relação aos mercados e capitais estrangeiros” (VIOTTI, 1999, p. 490).

Quando falamos da participação popular neste acontecimento histórico, a autora Margarida de Souza Neves diz que o tempo e sua percepção por parte da população dependiam do local em que se estava. Seja no Rio de Janeiro ou em qualquer das principais cidades do país, vivia-se a aceleração do tempo, onde “tudo parecia mudar em ritmo alucinante” (NEVES, 2008, p. 15). A consciência nas cidades mais afastadas e nos sertões do país existe, mas de maneira mais lenta, conservando as tradições da “rotina secular firmemente alicerçada no privilégio, no arbítrio, na lógica do favor, na inviolabilidade da vontade senhorial dos coronéis e nas rígidas hierarquias assentadas sobre a propriedade, a violência e o medo” (NEVES, 2008, p. 15). Para a autora, é um paradoxo a diferenciação da capital da República, que é o cenário do progresso após o dia 15 de novembro, e do interior do país onde o cenário muda pouco e vagarosamente. Esse tempo era percebido “sob o signo de certa pirotecnia de súbitas mudanças”, sendo palco de muitas transformações na esfera pública e também na vida privada. Nos últimos anos do século XIX, imbuídos dos ideais modernos associados aos conceitos de progresso e de civilização, buscavam modelos de instituições, da moda, das nações mais desenvolvidas (NEVES, 2008, p. 15).

Os republicanos queriam tanto a República com ideias de modernização, democracia, liberdade para a população e autonomia para os estados, porém ao se instituírem como novo regime continuaram com muitas das práticas do antigo regime. Para Souza, o foco do sistema político do início da República era o do poder localizado diretamente nos estados, em especial nos mais fortes, economicamente, era liberal em sua forma e oligárquico em seu funcionamento.

Para a autora Ana Lucia Backes, a nova elite que assume o novo regime, é centrada em outros valores, ele defende um estado com burocracia impessoal, competente, e a separação entre Igreja e o Estado, queriam novas condições de

trabalho que substituíssem o trabalho escravo. Cria-se uma nova simbologia a referência de que a nova era será o oposto do Império, seria guiada pela razão e pelas ciências, oposição clara ao atraso, a letargia e aos privilégios (2009. p. 19).

### 3.2 Segundo Livro Didático

O segundo livro a ser analisado será dos autores Alexandre Alves, mestre e doutor em ciências área História Social e Leticia Fagundes, Mestre em ciências área História Social, o livro se chama *Conexões com a história*, sendo a terceira edição. Os autores trazem um livro didático mais “moderno”, que incorpora as mudanças que ocorreram no conhecimento histórico nas últimas décadas, e com muitas referências a tecnologia e como ela pode ser usada nas aulas, a obra têm como o objetivo de propor um entendimento mais crítico do tempo presente e a construção de um futuro usando o passado como norteador, Os autores procuram trazer prazer para alunos e professores ao estudar a história.

Os autores intitulam o capítulo do estudo em questão da seguinte forma, “A República das elites: a primeira República no Brasil”. Onde os autores fazem uma breve análise de quem tomou o poder e como a massa da população esteve colocada nessa nova formatação de governo.

“A abolição o trabalho escravo, em 1888, e a proclamação da república, em 1889, encerraram um longo período da história do Brasil. Com a modernização do país, simbolizada na mudança de regime político e no desenvolvimento das cidades e da indústria, muitos acreditavam que o Brasil estava prestes a superar seu passado agrário e escravista. Entretanto, essa modernização não atingiu todos os setores da sociedade. A Primeira República se mostrou, em alguns aspectos, até mais conservadora, autoritária e excludente do que a monarquia. A massa da população, em particular os escravos e recém-libertos, permaneceu economicamente e socialmente marginalizada e submetida ao poder arbitrário das oligarquias que dominavam a política local. O descaso com os direitos dos cidadãos, a corrupção e as fraudes eleitorais provocaram uma série de conflitos e revoltas entre diferentes setores da população, o que torna o período entre 1889 e 1930 um dos mais conturbados da história nacional. Estudar suas tensões e contradições é fundamental para compreender a origem de problemas que ainda assolam o país, como a violência no campo e na cidade, marginalidade e desigualdade social” (ALVES; OLIVEIRA, 2013, p. 56).

Neste trecho os autores fazem reflexões importantes como. “A Primeira República se mostrou, em alguns aspectos, até mais conservadora, autoritária e excludente do que a Monarquia” (ALVES; OLIVEIRA, 2013, p. 56). “A massa da população, em particular os escravos recém-libertos, permaneceu economicamente e



socialmente marginalizadas e submetidas ao poder arbitrário das oligarquias que dominavam a política local” (ALVES; OLIVEIRA, 2013, p. 56). “O descaso com os direitos dos cidadãos, a corrupção e as fraudes eleitorais provocaram uma série de conflitos e revoltas entre 1889 e 1930 um dos mais conturbados da história nacional”. São aspectos do novo governo que possibilitam ao aluno problematizar a sociedade que temos hoje em nosso país, a violência, a desigualdade social e econômico, e marginalização de alguns grupos étnicos ainda hoje em nosso país.

Para entender a transição da modernização no Brasil os autores trazem imagens, que explica que essa transição foi de maneira gradual. Da mesma forma que temos bondinhos elétricos, temos charretes puxadas por animais. Uma modernização gradual e de certa maneira lenta, mas que não atinge toda a sociedade da época.

**Figura 3: Rua XV de Novembro vista do Largo Sé, na cidade de São Paulo, em 1911**



Fonte: ALVES; OLIVEIRA, 2013, p. 56

Os autores fazem uma breve explicação de como a Proclamação da República aconteceu e quais eram os grupos envolvidos neste acontecimento, deixa claro que o grupo republicano não eram coerentes em suas virtudes, mas sim dentro desse grupo

havia divergência em qual vertente iriam seguir depois da instalação do novo regime, mas todos concordavam em duas coisas o fim da Monarquia e a instalação de uma República forte centrada no poder executivo no Brasil.

A república trouxe mudanças na base política ao instituir o presidencialismo, o federalismo e a eleição direta para presidente e governador, também a implementação do sistema representativo ao fazer a representação política de baixo para cima. Esse sistema proporcionou o coronelismo. Para Backes, está é a base do sistema coronelista descrito por Victor Nunes Leal:

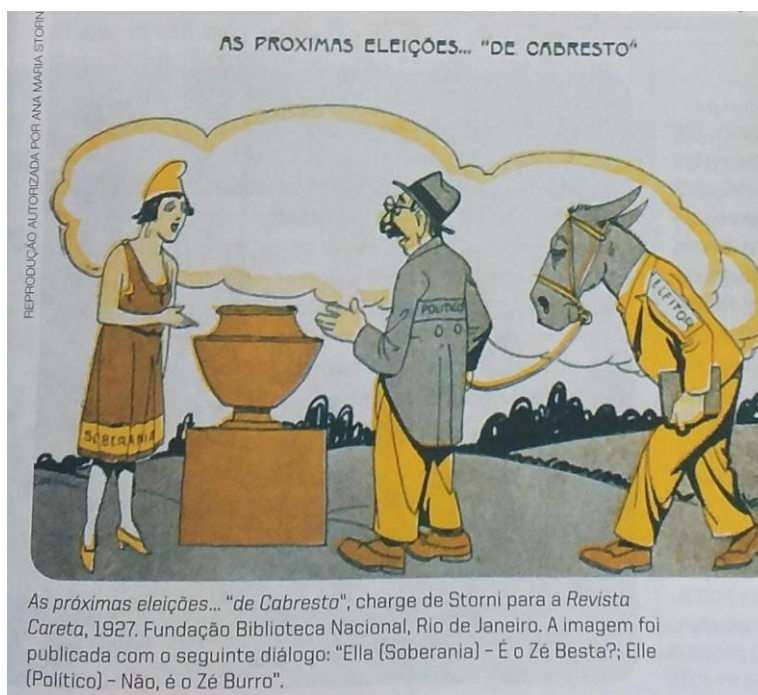
Um sistema de compromisso recíproco entre os coronéis locais, os governos dos estados e o governo central, que esvazia o sistema de coronelista estancou o desenvolvimento não só dos direitos políticos como dos direitos civis - a maioria da população, que vivia no campo, permanece submetida aos coronéis nas fazendas, que controlavam o delegado, a professora, o padre, o juiz, além da apuração das eleições. O regime republicano se estabilizou a partir daí, consolidando o pragmatismo e isolando as tendências mais radicais. Os grupos mais fortes em cada estado se estabilizam no poder, e as minorias são excluídas (LEAL, 1997, p. 30).

Para José Murilo de Carvalho, a República para ser democrática, precisava ser exercida pela soberania popular, ser governado por si mesmo, o oposto da Monarquia, que era governado por uma família, um chefe não eleito pelo povo, antidemocrático. No plano político, republicano e democracia tornavam-se a mesma coisa, a República era vista como o único lugar da democracia. Além da democracia, outros pontos de referência nos parâmetros republicanos era o federalismo, em que eles consideravam ser a solução para manter a unidade nacional. Isso passa a ser a tríade, república, democracia e federalismo, mas após a proclamação os republicanos tiveram que deixar de lado a participação popular, a democracia representativa com a divisão dos poderes, para conseguir se legitimar, e assim ficou sustentado por dois alicerces, a República e o federalismo, onde o cidadão é substituído pelo Estado. “O federalismo engoliu a democracia” (2011, 48). “Ao escolher uma modelo república, este tinha que estar de acordo com a solução que buscavam para os problemas que enfrentavam, como o abolicionistas e reformistas monárquicos que propunham leis de reformas agrárias, além de educação dos libertos a fim de incorporá-los a vida nacional e na identidade da nação, porém entre a Abolição e a Proclamação da República nada foi feito” (CARVALHO, 1990, p. 23).



Os autores trazem a constituição de 1891 como o que consagrou o sistema federativo, o que significa autonomia dos estados em relação à união. Os autores trazem outro fator o fim do voto censitário, e todos os cidadãos de 21 anos passaram a ter direito ao voto. No entanto, a lei impedia analfabetos sendo mais de 80% da população na época, mendigos e alguns setores militares e religiosos de votar. Não havia proibição formal à participação feminina, mas, pela tradição, as mulheres também foram impedidas de votar. Como a lei estabelecia que o voto deveria ser secreto, disseminou-se a prática do voto aberto, sistema que facilitava as fraudes e o controle do processo eleitoral por parte das elites religiosas. Para uma melhor demonstração desse sistema os autores trazem uma imagem (figura 4) que demonstra o sistema eleitoral da época.

**Figura 4: As próximas eleições... “de Cabresto”**



Fonte: ALVES; OLIVEIRA, 2013, p. 59

A Figura 4, trata-se de uma charge criada por Alfredo Storni, em 1927, e publicada na revista Careta. Seus personagens são uma mulher, chamada Soberania, um homem, o político, e outro homem, mas com o rosto de um burro, chamado Eleitor. Há, entre os personagens, o seguinte diálogo, identificado pela legenda: a Soberania pergunta ao político: “É o Zé Besta? ao que o político responde: “Não, é o Zé Burro”.

O Eleitor (burro), de forma cabisbaixa, é conduzida à urna eleitoral pelo político por meio de um cabresto (ALVES; OLIVEIRA, 2013, p. 59).

Mais uma manifestação de diminuição da democracia na instalação do novo governo foi representada também na lei eleitoral de 1881, fez uma drástica redução de cidadãos aptos para votar, reduziu de 10% para 1% o número de eleitores da monarquia para a República, uma forma de restrição imposta ao exercício de cidadania. No Rio de Janeiro, subtraídos da população total aos menores de 21 anos, as mulheres, os analfabetos, as praças, os religiosos e os estrangeiros, eram excluídos do direito ao voto 80% do total da população. Para José Murilo de Carvalho: “a exclusão de 80% da população do direito político do voto já é um indicador do pouco que significou o novo regime em termos de ampliação da participação”. E continua o problema de exclusão popular nas eleições seguintes, pois em “1894 votavam 7857 pessoas, ou seja, 7% do eleitorado potencial, 1,3% da população”. “E ainda nas eleições presidenciais de 1910, apenas 18% do eleitorado do Rio de Janeiro tiveram seus votos válidos”. Assim, “a República conseguiu quase literalmente eliminar o eleitor”, não existiam. O ato de votar era uma operação de capangagem”. A maioria dos votos era falsa: “votavam defuntos e ausentes, e as atas eram forjadas” (CARVALHO, 1987, p. 85-89).

Para a autora Maria Efigênia de Lages Resende, de acordo com a lei eleitoral de 1888, o Império exigia que os eleitores soubessem ler e escrever, e que possuíssem a qualificação de propriedade, excluindo assim grande parte do eleitorado, p. 100). Com a Constituição de 1891, a população teve acesso a direitos sociais, na medida em que a lei se ateve em garantir os direitos individuais, como o direito de propriedade. No entanto, os direitos políticos ficaram aquém do esperado, porque foi retirada a exigência de direito de Propriedade. Já exigência de ser alfabetizado ainda vigorava, excluindo os analfabetos e as mulheres que também se encontravam nesta lista de exclusão. Dessa forma, Resende analisa que as leis da República instituíram o regime representativo democrático, abrindo juridicamente a participação no processo político, mas, ao mesmo tempo, cerceia o funcionamento do mesmo, excluindo a participação popular como um todo. Neste sentido a república pouco significou no aumento da participação popular na política (2008, p. 100-103).

Os autores seguem o capítulo com a constituição de governo a partir desses primeiros anos, criticando muito o formato dos atos políticos e enfatizando as revoltas que tivemos neste período, um dos considerados pelos autores mais perturbados da história brasileira.

Pois um dos fatores que mais os republicanos na implantação do novo regime, era a democracia em sua plena forma, no Manifesto Republicano não apoiava o Poder Moderador exercido pelo Imperador, pois vinha de discordância com a democracia, julgava ser incompatível com a soberania nacional que deveria ser baseado na vontade popular. O documento divulgado no primeiro número do jornal fluminense “A República”, resultado de uma ruptura de um grupo do Partido Liberal, liderados por Quintino Bocaiúva e Joaquim Saldanha Marinho, expressava a opinião de que:

A ideia democrática representada pela primeira Constituinte brasileira tentou, é certo, dar ao princípio federativo todo o desenvolvimento que ele comportava e de que carecia o país para poder marchar e progredir. Mas a dissolução da Assembleia Nacional, sufocante as aspirações democráticas, cerceou o princípio, desnaturam-se, e a carta outorgada em 1824, mandando o status quo da divisão territorial, ampliou a esfera da centralização pela dependência em que colocou as províncias e seus administradores do poder intruso e absorvente, chave do sistema, que abafou todos os respiradouros da liberdade, enfeitando as províncias a corte, a sede do único poder soberano que sobreviveu a ruína da democracia (ASLEGIS, 2009, p. 53). (...). Em conclusão os princípios gerais que servem de base a democracia moderna, única que consulta e respeita o direito à opinião dos povos, temos tornado conhecido o nosso pensamento. Como o nosso intuito deve ser satisfeito pela condição da preliminar estabelecida na própria carta outorgada; a convocação de uma Assembleia Constituinte com amplas faculdades um novo regime é necessidade cardeal (MANIFESTO REPÚBLICA, 2009, 60).

Segundo Viscardi, a base do manifesto é a crítica ao regime monárquico e é feita de propósito, pois o alvo é o Poder Moderador pelo controle que ele exercia sobre os demais poderes, pois “com ele não havia representação nacional, liberdade individual e nem livre manifestação da vontade dos cidadãos. Ou seja, ele tornava nula a democracia. A nação havia se militarizado; o funcionalismo, se tornado dependente; e a soberania, ilusória” (VISCARDI, 2001, p. 46-47). Para a autora, os republicanos históricos repetem a exaustão a crítica a concentração de poderes pelo monarca, que ele exercia um poder concentrado nas suas mãos, condenavam o caráter absolutista do exercício do poder do imperador e também o falseamento das instituições democráticas pelo poder constituídos, a corrupção existente e os favorecimentos pessoais. Estes fatores criticados acentua os sentimentos dos republicanos que “se

sentiam enganados e traídos pelo imperador, ao invés de se sentirem vitimados pela sua violência, condição que explicaria o epíteto “absolutista” por eles utilizado ao se referirem ao governante ou ao regime” (VISCARDI, 2011, p. 48).

Talvez os autores poderiam ter feito uma análise mais detalhada do acontecimento de 15 de novembro de 1889, até porque esse tema ficou bem mesclado com a explicação da abolição da escravidão no país, o fato foi muito resumido, entendo que a ideia dos autores era dar enfoque para o novo governo, mas talvez para uma melhor crítica sobre a oligarquia por trás do acontecimento da Proclamação, um aprofundamento lhe cairia bem.

Os autores usam de muitos documentos históricos, fragmentos de jornais da época, mapas, tabelas ao longo de suas explicações para um melhor entendimento do conteúdo por parte dos alunos, e uma melhor crítica da configuração social, política e econômico do país na época de estudo.

A cronologia histórica, as imagens, charges, fotos, ficou bem desenvolvidos, e a tentativa de desenvolvimento de senso crítico do aluno com a realidade que vivemos hoje em nosso país é muito bem explorada em todos os aspectos dentro dos conteúdos, e é possível se bem aplicado e aproveitado em sala de aula.

### **3.3 Terceiro Livro Didático**

O terceiro livro se chama *Caminhos do Homem*, é a segunda edição, dos autores: Adhemar Marques que é Bacharel em história e Flavio Berutti que também é graduado em história. Os autores trazem análises do presente e do passado, e tentam articular na perspectiva da inter-relação entre esses dois tempos, trazem também a cultura histórica que é articulada com a análise de fontes históricas ao longo dos capítulos. No final dos capítulos os autores focam bastante em questões para o Enem e vestibulares, como uma forma de preparar os alunos.

O tema em questão vem com o título do capítulo “O movimento republicano e a Proclamação da República”. Tendo uma organização histórica diferente dos outros livros didáticos analisados, os autores não trazem como fato principal a Guerra do Paraguai e sim, inicialmente os autores abordam o tema da Abolição da Escravidão

no Brasil que aconteceu em 13 de maio de 1888. E que esse fato teria um papel muito mais importante para que a proclamação da República tenha acontecido no Brasil.

A abolição da Escravidão (13 de maio de 1888) exerceu um importante papel na mudança da forma de governo e do regime político do país. Com essa medida, afinal, a Monarquia perdeu o apoio do último grupo social que ainda lhe dava sustentação política: o núcleo agrário-escravista. No entanto, não foi apenas esse fator que contribuiu para a Proclamação da República no Brasil (15 de novembro de 1889). Esse processo, na realidade, resultou de uma série de transformações socioeconômicas pelas quais o país passou, a partir da segunda metade do século XIX. Elas geraram um novo contexto histórico cada vez mais incompatível com as instituições jurídicas e políticas do regime monárquico (BERUTTI; MARQUES, 2013, p. 274).

Os autores trazem os passos do governo imperial até abolir a escravidão, todas as leis criadas para “preparar” o país para o fim da escravidão. Em maio de 1888, quando a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, o Brasil se tornou o último país americano que aboliu a escravidão. Isso foi feito sem indenizar os proprietários de escravos, que fez com que os fazendeiros ficassem contra a Monarquia. O Barão de Cotegipe foi o único senador a votar contra a Lei Áurea teria dito para a princesa “A senhora acabou de redimir uma raça e perder um trono”. Os chamados Republicanos de última hora eram os brasileiros contra a abolição e que se voltam contra a Monarquia por desgosto com a nova lei.

Para Viotti, o movimento abolicionista foi pautado no lema liberal da liberdade, da igualdade e da fraternidade, mas seu caráter humanitário era uma falácia, era só aparência, pois: “promovida principalmente por brancos, ou por negros cooptados pela elite branca, a abolição libertou os brancos do fardo da escravidão e abandonou os negros à sua própria sorte” (VIOTTI, 1999, p. 247).

Os autores trazem os outros agentes que culminaram no fim da Monarquia e a ascensão da República no país de maneira mais resumida sem entrar muito em detalhes. A excessiva centralização de poder nas mãos do Imperador, que foi importante no passado para garantir a unidade territorial e a estabilidade política, na perspectiva dos cafeicultores do Oeste Paulista, não era mais interessante. Eles desejavam que as províncias tivessem mais autonomia e, por isso, defendiam o federalismo. A permanência do sufrágio censitário, que excluía de participação política a maioria absoluta dos brasileiros, também se tornou algo “do passado”. Os grupos médios e urbanos, que cresceram significativamente na segunda metade do século

XIX, passaram a defender a ideia de que a mudança do regime proporciona a tão sonhada participação política. Por fim, a partir das décadas de 1870/1880, a Monarquia perdeu o apoio de duas importantes instituições: a Igreja Católica, cada vez mais inconformada com o Padroado e o Beneplácito, instituições presentes na Constituição de 1824. E o exército, que, a partir da Guerra do Paraguai (1864-1870), não apenas aumentou seus efetivos, como também passou a reivindicar uma participação mais intensa nos destinos políticos do país (BERUTTI; MARQUES, 2013, p. 275).

Os autores abordam a Guerra do Paraguai trazendo de maneira bem resumida quatro vertentes diferentes para explicar esse fenômeno, sem citar os autores somente traz suas ideias sobre o fato. A ideia de uma disputa territorial simplesmente, foi causada pela “ambição do líder paraguaio Solano López em conseguir saída para o mar por meio da anexação de territórios dos países vizinhos” (BERUTTI; MARQUES, 2013, p. 277). Outros trazem o controle pela navegação dos rios que estão próximos ao país. “E outros autores enfatizam o imperialismo Britânico, interessados no mercado públicos atualmente nos países envolvidos neste conflito” (BERUTTI; MARQUES, 2013, p. 277).

Acreditamos que esses fragmentos e ideias deveriam ser mais exploradas com demonstração dos autores que carrega essas ideias em suas explicações do fenômeno. E o fato em si mais explicado de maneira densa do fato e seus resultados para essas nações, pois para o Brasil, foi o estopim para as ideias republicanas se disseminarem entre os militares, fato que não é abordado em suas explicações.

Em uma análise de um determinado tema, devemos sempre deixar claro ao estudante de que há muitas vertentes dentro de um mesmo tema, o que os autores tentaram fazer no trecho demonstrado acima, isso é de suma importância para que os alunos vejam que a história nunca para, toda nova fonte documental descoberta nos traz novas versões de um mesmo acontecimento.

No passar do tempo três interpretações sobre o tema foram configuradas no Brasil acerca desse conflito. A historiografia tradicional que apontava que a guerra aconteceu pelos interesses de Solano López, ditador do Paraguai, e desconsiderava uma série de eventos relevantes no contexto geopolítico da Bacia Platina. Essa

historiografia foi muito comum no Brasil no início do século XX até a década de 1960. A historiografia revisionista foi muito conhecida no Brasil na década de 1960 até meados da década de 1990, segundo essa historiografia, o Paraguai era um modelo de desenvolvimento “nativo”, e único na bacia do Prata. Isso contraria à Inglaterra, que, para sujeitar o Paraguai ao capitalismo inglês, manipulou Brasil e Argentina para que guerreassem e destruíssem o modelo econômico do Paraguai. Hoje essa historiografia é considerada pelos historiadores como ultrapassada e imprecisa, pois ignora diversos fatos do contexto platino e é muito criticada por não possuir comprovação documental. Os novos estudos foram realizados de maneira pioneira por historiadores paraguaios e brasileiros, entre os quais se destacam Juan Carlos Herken Krauer, Maria Isabel Gimenez de Herken, Ricardo Salles e Francisco Doratioto. Estudos mais recentes concluem que o Paraguai não era uma nação desenvolvida, fato diferente do que era apresentado pelos historiadores décadas atrás. Governado por ditadores durante décadas, o Paraguai ficou isolado do restante do mundo por um longo período. Esse isolamento paraguaio é explicado pelo fato de Buenos Aires não ter aceito a independência e a separação do país do que havia sido o Vice-Reino do Rio da Prata (DORATIOTO, 2002, p. 29). Na sequência os autores trazem um capítulo chamado: *A Guerra do Paraguai e os livros didáticos*.

Até hoje essa guerra é ensinada de modo diferente aos jovens dos países envolvidos no conflito. Se nos livros paraguaios ela têm mais importância que a independência, é estudada sumariamente na maior parte dos manuais brasileiros e argentinos, enquanto nos livros uruguaios a tratam como episódio circunstancial, quase estranho à história do país. Os manuais brasileiros já revelam a manipulação inglesa para impedir o desenvolvimento autônomo do Paraguai, e também os interesses expansionistas de Argentina e Brasil. Na Argentina, profundamente dividida na época, o conflito até hoje gera polêmica. Já no Paraguai, cuja devastação feriu profundamente a consciência nacional, a tendência é atribuída toda a responsabilidade à Argentina e ao Brasil. Assim o manual *Estúdio Sociales*, de Irmina C. de Lazcano, identifica como causas da “Guerra da Tríplice Aliança” as questões da fronteira, a invasão do território uruaio por tropas brasileiras e o veto argentino à passagem de tropas paraguaias pelo seu território, para acudir o Uruguai. Esses acontecimentos teriam rompido a “doutrina do equilíbrio de forças” entre seus dois vizinhos, Argentina e Brasil, o que ameaçava a autonomia nacional. O livro dedica mais atenção às operações militares do que os manuais argentino e brasileiros, tratando detalhadamente suas “doze etapas”. Solano Lopez, “herói indiscutível da Guerra da “Tríplice aliança”, é exaltado pela autora. O balanço da guerra feito pela autora deixa mal a tríplice aliança: o Paraguai devastado e a população reduzida de 1,3 milhões para 300 mil habitantes em sua maioria mulheres, crianças e anciãos ( BERUTTI; MARQUES, 2013, p. 278).

Uma análise que pode ser vista como importante até mesmo para os alunos terem a noção de que cada país, cada sociedade das que estiveram envolvidas neste conflito veem esse fenômeno com seus próprios olhos, de que cada povo sofre pelos seus mortos, que cada um têm suas “justificativas” para com o fato, e cada um têm seus “heróis” nacionais para com o mesmo conflito.

Há aspectos que os autores poderiam ter aprofundado nas suas explicações, como por exemplo as consequências desse conflito para cada um dos países envolvidos. Pois a Guerra do Paraguai gerou consequências, para todas as nações envolvidas.

No caso da Argentina, a guerra resultou na consolidação do território argentino e na derrota definitiva dos federalistas de Entre Ríos e Corrientes. Apesar disso, o presidente Mitre não conseguiu eleger seu candidato nas eleições de 1868. No caso uruguaio, o país saiu também consolidado, com a superação definitiva das disputas políticas entre *Blanco* e *colorados*. No entanto, o presidente uruguaio, Venâncio Flores, foi assassinado em Montevideú, em 1868 (DORATIOTO, 2002, p.93).

Para o Brasil, a guerra gerou forte impacto na economia, uma vez que os gastos do Brasil foram 11 vezes o orçamento anual do país em 1864. Além disso, o governo brasileiro saiu bastante endividado, sobretudo com bancos ingleses, em decorrência dos empréstimos feitos para financiar o conflito. A guerra também fortaleceu o exército como instituição e marcou o início da decadência da monarquia, esse ponto da decadência da monarquia é de fundamental importância para entender a Proclamação da República do Brasil, que não foi ampliado o estudo ao longo da explicação dos autores (DORATIOTO, 2002, p. 94).

O Paraguai foi a nação mais prejudicada na guerra, afinal, grande parte das batalhas aconteceu em território paraguaio, o que lhe causou grande destruição material. A nação ainda foi obrigada a abrir mão dos litígios territoriais que travava com Brasil e Argentina. O país só não perdeu mais territórios para a Argentina porque o governo brasileiro tratou de defender a soberania do território paraguaio como forma de evitar o maior fortalecimento dos argentinos (DORATIOTO, 2002, p. 94).

Em relação a quantidade de mortos estima-se que tivemos 3,120 uruguaios, 18 mil argentinos e 50 mil brasileiros mortos neste conflito. O caso paraguaio é mais



complexo por causa da imprecisão nas estatísticas dos censos realizados no país após o conflito. Ao longo dos anos, diferentes estudos foram feitos sobre a quantidade de mortos na guerra, cujas estatísticas variaram, de acordo com os diferentes pesquisadores, entre 25 mil e 300 mil mortos. A estimativa mais aceita apontou a morte de, aproximadamente, 150 mil paraguaios na Guerra do Paraguai (DORATIOTO, 2002, p. 96).

A queda da legitimidade da Monarquia brasileira está diretamente ligada a Guerra do Paraguai a vitória brasileira custou caro, aumentado a dívida externa, a inflação, prejudicando a economia. A presença de negros no conflito aumentou o apoio a causa abolicionista, ao mesmo tempo garantiu muito prestígio ao exército que voltou vitorioso do conflito, os militares, entretanto não se sentiam valorizados perante o governo e progressivamente passaram a ser censurados em seus protestos, no que Celso Castro em sua obra *Bestializado* chamou de a “Questão militar”, onde até o momento da Guerra do Paraguai o exército tinham pouca força política na estrutura de poder do Império. Tal situação foi concretizada especialmente pela reforma de 1850, quando o ministro da guerra Felizardo de Souza e Melo racionalizou as promoções, que passaram a ser feitas mais por merecimento do que em função as promoções, que passaram a ser feitas mais por merecimento do que em função da origem aristocrática do militar, e estabeleceu como pré-requisito para o oficialato o curso da Real Academia Militar. As duas medidas tornaram a carreira militar desinteressante para os jovens da elite. O exército passou a ser então a carreira preferencial para os filhos de militares e pequenos funcionários das províncias, pois era a maneira que eles tinham de acesso a um curso superior (CARVALHO, 1987, p. 93).

Segundo Viotti a ideia da República foi gestada durante a Guerra do Paraguai, com o conhecimento adquirido pelo exército de seu valor. Todavia, não foi ele o responsável pela queda da monarquia, havia outros fatores que contribuíram, como a ações do Partido Republicano, a crise econômica imperial e a necessidade de introdução de novos atores políticos. Conforme afirma Maria Efigênia Lage de Resende, apesar da ideologia militar ter sido elemento catalisador na deposição do Imperador, existiam outros movimentos anti-monárquico da década, anterior a

implantação do regime republicano, que “envolve segmentos poderosos da sociedade, cafeicultores, expropriatórios de escravo, abolicionistas, Igreja e militares positivistas, partidários de uma ditadura militar, além dos partidários da República” que auxiliaram na queda do Regime (RESENDE, 2005, p. 104).

Na sua reflexão o mundo em transformação é o tempo do imperialismo, onde se destaca a Inglaterra, a França, a Alemanha, o Oriente, entre outros. Também a economia muda e as grandes potências investem nos países periféricos por causa da mão de obra barata e farta, da matéria-prima disponível, e os direitos sociais que ainda não existem (NEVES, 2008, p. 20). Ou seja:

A República não foi uma fatalidade histórica e não se limitou à superficialidade de um *putsch* ou de uma parada militar ainda que tal ato possui relevante significado histórico. Por sua vez, a imagem do “o bestializado” ante a Proclamação da República descrito por Aristides Lobo, republicano histórico que parecia olhar para as ruas do Rio de Janeiro à procura do povo que tomaram a Bastilha, não estabelece interpretação definitiva sobre a participação social dos populares, do caráter do novo regime ou ainda dos alcances e das repercussões sociopolíticas da República. Na forma de um golpe de Estado dos militares, ela foi uma resposta autoritária e elitista as agitações sociopolíticas do período marcado por um ambiente de transformação no ritmo da vida e por utopias de progresso que só parecem se realizar com o fim da Monarquia (NEVES, 2008, p. 44).

Os autores finalizam o capítulo com três fatos históricos em uma explicação única: O primeiro é Manifesto Republicano, trazendo um fragmento para os alunos refletirem se os republicanos desejavam uma transição pacífica ou violenta para o novo regime. “Não é nossa intenção convulsionar a sociedade em que vivemos”. Onde os autores esperam que os alunos tenham o entendimento de que o movimento foi “pacífico” (BERUTTI; MARQUES, 2013, p.381). O segundo é a formação do partido republicano, e a Proclamação da República. Acreditamos que esse capítulo pode ficar um pouco confuso para os alunos, pois são fragmentos históricos muito importante, para se resumir desta maneira, acontecem em momentos diferentes, estão ligados pelos acontecimentos sim, mas têm seu momento no processo histórico e que não são demonstrados no texto do livro didático. Temos que ter em mente de que o Movimento Republicano cresceu na década de 1880, a adesão de militares ao movimento foi decisiva para a queda da Monarquia, a aliança circunstancial entre a burguesia cafeeira do Oeste Paulista, que pretendia uma “ruptura sem grandes traumas” (a

implantação da República sem mobilização popular e sem reformas estruturais), o exército e o segmentos de classe médias concretizou-se às vésperas de novembro de 1889. No dia 11 de novembro, o principal líder do exército, Marechal Deodoro da Fonseca, embora fosse monarquista e afirmasse ser leal o imperador, aderiu ao movimento.

No dia 15 de novembro, uma simples passeata militar derrubou o regime monárquico, há muito sem qualquer tipo de base de sustentação. Segundo alguns historiadores, tratou-se de um simples golpe militar, do qual a maior parte da população do Rio de Janeiro e do restante do país não teve nenhuma participação direta. O “entusiasmo” sobre o episódio e a “euforia popular” que ele teria despertado ficaram por conta da imaginação de jornalistas republicanos. Não sem razão, o ministro do interior do Governo Provisórios que se organizou a seguir, Aristides Lobo, afirmou que “o povo assistiu, bestializado, à Proclamação da República” (BERUTTI; MARQUES, 2013, p. 280).

Acreditamos que a forma de explicação e exposição cronológica dos acontecimentos em torno da Proclamação da República do Brasil, possam ter ficado um pouco “desorganizadas”, pois para um bom entendimento a cronologia dos fatos pode ser um aspecto que facilite o entendimento dos alunos em torno do acontecimento histórico, que em muitos momentos é o que os autores esperam de seus alunos um olhar crítico aos ideais republicanos para com a sociedade brasileira da época. E em alguns trechos do estudo, há fatos muito importantes para a troca e regime da Monarquia para a República e muitas vezes foram resumidos de maneira muito sintética que pode ter se perdido a real importância ou possibilitado esse entendimento crítico dos alunos para com esse fato do dia 15 de novembro de 1889 tenha acontecido.

### **3.4 quarto Livro Didático**

O último livro é dos autores Flávio Campos doutor em história social e Regina Claro mestre em história social. O nome do livro é *A escrita da história*, segunda edição. Os autores querem que essa obra estimule a crítica dos alunos aos fatos

históricos, desenvolvendo uma postura mais ativa, dinâmica e construtiva usando do presente para analisar o passado, a escrita dos autores é mais tradicional.

Esse livro faz parte de uma coletânea de três livros, neste volume de estudo, o tema central são as revoluções, revoltas, rebeliões e movimentos de emancipação política que se construíram as organizações políticas europeias do Antigo Sistema Colonial e estabeleceram uma nova configuração para os saberes a partir da afirmação dos parâmetros científicos.

As autoras, procuram articular cronológica e conceitualmente a Revolução Inglesa, a Restauração portuguesa, a Ilustração, a emancipação política dos EUA, as revoltas coloniais no Brasil, a Revolução Francesa, a Revolução Industrial, a independência e a formação dos Estados na América Latina, A emancipação política brasileira, as revoluções liberais de 1848, o movimento operário, o imperialismo e a partilha da África, os movimentos abolicionistas e os primeiros anos da República no Brasil.

O declínio da Monarquia e o processo de transição de poder, pelas autoras têm seu ponto de partida da Guerra do Paraguai, onde temos muitos negros que lutam nessa batalha, e que como militares solicitam a abolição da escravidão imediatamente. Os militares em sua totalidade também almejavam mais poder político e social. Em um trecho do livro as autoras escrevem:

O exército definia-se como uma espécie de instituição além dos interesses dos grupos sociais, visando à defesa nacional. Evocava a missão de salvar o país dos males provocados pelos desmandos de seus governantes. Considerando-se acima do bem e do mal, o Exército colidia com o Poder Moderador, que também se propunha a orientar os poderes do Estado. Em razão disso, grande parte dos oficiais convencia-se de que a melhor saída para o Brasil seria a proclamação de uma República centralizada, em que os militares pudessem dirigir a sociedade. No limite, uma ditadura militar. Por ironia, a derrocada do Paraguai e a maior vitória militar do Império brasileiro marcaram também o início a derrocada da monarquia (CAMPOS; CLARO, 2010. p. 227).

As autoras apontam que a monarquia se fragilizava por seu governo ser visto como corrupto, e as várias tentativas da manutenção da escravidão como forma de trabalho, e a pouca participação da população no governo o que incomodava bastante, principalmente os militares que foram quem agiram para que a República acontecesse. As autoras tratam também dos cafeicultores Paulistas que encontram descontentes com a Monarquia e pelo sistema econômico que regia na época. Quando

finalmente a abolição da escravidão é decretada no Brasil em 1888, os poucos cafeicultores que ainda apoiavam a Monarquia do Vale do Paraíba não concordaram com decreto e deixaram a monarquia mais fragilizada.

As ideias positivistas são apresentadas pelas autoras como a base do movimento republicano, “foi a versão positivista que pareceu menos perigosa aos grupos dominantes”.(CAMPOS; CLARO, 2010. p. 228)

O positivismo “identifica leis na evolução da natureza humana, cujo ponto máximo era atingir o estágio científico ou positivo, no qual os homens, livres de crenças e superstições, seriam guiados pela razão e pela ciência. As mudanças da sociedade evidenciaram um dinamismo marcado pela busca do progresso. No entanto, o progresso deveria ser alcançado pela evolução gradativa, controlada e sem os sobressaltos de profundas revoluções. Ou seja, o progresso deveria ser buscado com a manutenção da ordem” (CAMPOS; CLARO, 2010. p. 229). As autoras deixam claro que:

Desgastado e isolado, D. Pedro II foi facilmente deposto em novembro de 1889 por oficiais do Exército que contava com o apoio dos cafeicultores paulistas. Mais uma vez, afastava-se a maior parte da população dos centros de decisão. A República brasileira não foi instaurada por amplo movimento popular. Não ocorreu uma revolução. Pelo contrário, mais uma vez tratou-se de uma negociação pelo alto, em que oficiais do Exército aliaram-se aos poderosos cafeicultores paulistas. Tudo em nome da Ordem e do Progresso (CAMPOS; CLARO, 2010. p. 229).

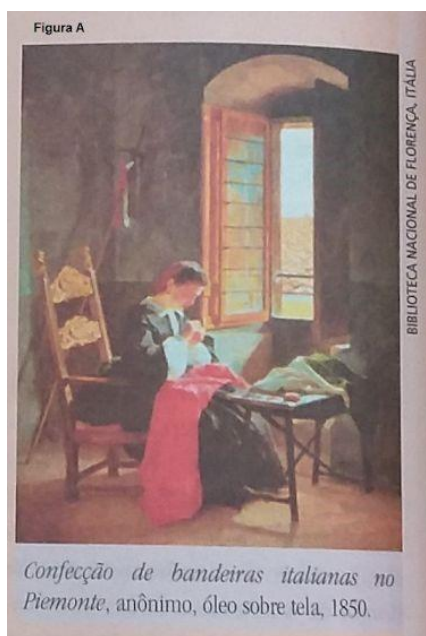
Segundo a autora, Maria de Lourdes Mônaco Janotti, após a proclamação da República consagraram-se dois mitos sobre o acontecimento: o do consenso nacional e o da indiferença da população. E ambos realizaram uma mesma função, ou seja, obscurecer os conflitos que se travaram entre grupos políticos e sociais. Generaliza-se assim, a partir de então, a versão, veiculada inclusive pelos manuais didáticos de que não houve oposição ao novo regime nem houve discordância entre os republicanos sobre o modelo da república adotada.

Um fragmento muito interessante do livro didático, as autoras trazem a figura feminina como símbolo da República:

Um dos elementos marcantes do imaginário republicano francês foi o uso de alegoria feminina para representar a República. A Monarquia representava-se naturalmente pela figura do rei, que, eventualmente, simbolizava a própria nação. Derrubada a Monarquia, decapitado o rei, novos símbolos faziam-se necessários para preencher o vazio, para representar as novas ideias e ideais, como a revolução, a liberdade, a República, a própria pátria. Entre os

muitos símbolos e alegorias utilizados, em geral inspirados na tradição clássica, salienta-se o da figura feminina. Da Primeira à Terceira República, a alegoria feminina domina a simbologia cívica francesa, representando seja a liberdade, seja a revolução, seja a república. A figura feminina passou a ser utilizada assim que foi proclamada a República, em 1792. A inspiração veio da Roma, onde a mulher era símbolo de liberdade [...]” (CAMPOS; CLARO, 2010. p. 230)

**Figura 05: Confeção da Bandeira Italiana no Piemonte**



Fonte: CAMPOS; CLARO, 2010, p. 230

O olhar das autoras é nomeado como “Confeção de bandeiras no Piemonte - sentada, ao lado de uma janela, a mulher confecciona a bandeira a Itália. A visão de um telhado pela janela dá a entender que ela se encontra em um quarto no andar superior. Ao lado da janela, um bastão militar com as cores da bandeira da Itália. A iluminação, que entra pela janela, dá brilho à mulher e à bandeira em confecção” (CAMPOS; CLARO, 2010. p. 47-48).

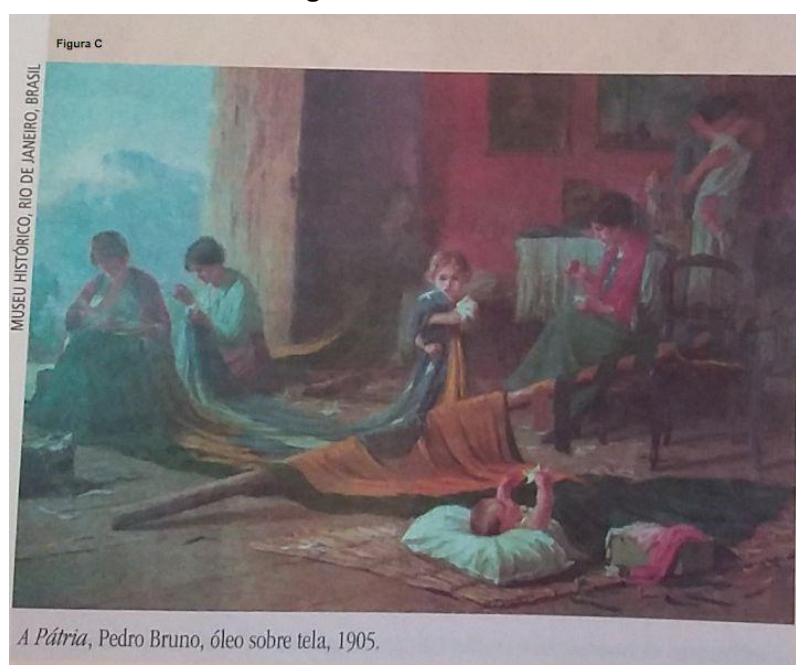
**Figura 06: Sê unida!**



Fonte: CAMPOS, 2010; CLARO, 2010, p. 230

A figura 6 é analisada pelas autoras, “Sê unida- Em primeiro plano, a mulher em trajes com as cores da nação alemã. O aspecto altivo em trajes parece querer transmitir bravura. Na mão esquerda segura um brasão que provavelmente representa a nação e, na mão direita, carrega uma espada. A esquerda, ao longe, algumas casas que reforçam a altivez feminina” (CAMPOS; CLARO, 2010. p. 48).

**Figura 07: A Pátria**



Fonte: CAMPOS, 2010; CLARO, 2010, p. 230

A figura 7 é analisado pelas autoras, “A Pátria é analisada pelas autoras: no quadro aparece cinco mulheres, três crianças e um homem ao fundo, à direita de quem observa. Todos são brancos de semblantes sério e postura de extrema dedicação. À esquerda, uma mulher tem um bebê em seu colo que está coberto pela bandeira do Brasil. Atrás uma mulher costura uma estrela na bandeira. À direita, outra sentada em uma cadeira olha para uma estrela que têm à mão. Atrás dessas, uma outra, com uma criança no colo. No centro, há uma criança em pé que olha para o observador enquanto abraça uma parte da bandeira. No canto inferior, à direita, um bebê está deitado em uma esteira sobre o chão, coberto com uma parte da bandeira distraíndo-se com uma estrela. No fundo, um aparador com a imagem de um santo. Na parede do fundo, há três quadros” (CAMPOS; CLARO, 2010. p. 48).

Uma análise interessante que as autoras fazem sobre as imagens é de que “nas três figuras a mensagem é de união em torno da pátria, simbolizada pela figura feminina. Enquanto em *A Pátria e Confecção de bandeiras no Piemonte* a mulher surge como símbolo da ordem doméstica, do reconhecimento familiar, representando o núcleo da sociedade voltado para a ordem nacional, em *Sê Unida*, a imagem feminina surge colocada fora do lar, para ressaltar a necessidade de todos irem às ruas para lutar em nome da pátria” (CAMPOS; CLARO, 2010. p. 230). A análise que as autoras fazem perante as imagens proporciona os alunos ter uma ideia de porque a mulher foi usada como símbolo das Repúblicas, são análises muito descritivas do que o aluno está vendo mesmo, e dos significados que está por trás de todos os traços e elementos que os autores das obras usaram.

Uma possibilidade que as autoras poderiam ter feito uma análise crítica é de que forma esse símbolo feminino foi visto pela população Francesa e a Brasileira, para entender até mesmo a origem de pensamento da sociedade brasileira. Como o autor José Murilo de Carvalho em sua obra *A formação das almas*, de que “A aceitação do símbolo na França e sua rejeição no Brasil permitem, mediante a comparação por contraste, esclarecer aspectos das duas sociedades e das duas repúblicas.” Os republicanos brasileiros de ideais franceses tinham uma grande riqueza de imagens e símbolos para se inspirarem, entretanto estavam em desvantagem. Na França a Monarquia era masculina, no Brasil, a herdeira do trono era mulher. Mas a



desvantagem foi diminuída pela tentativa de anulação da figura de Isabel, mostrando-a como um objeto nas mãos do marido, o Conde D'eu, que por ser francês teve sua imagem vinculada à monarquia (CARVALHO, 1990, p. 300).

No Brasil, durante a monarquia, os pintores eram patrocinados pelo governo e estudavam e pintavam seus quadros na Europa. Eram altamente influenciados pelo padrão europeu. Quando se representava a humanidade ou a República, quem aparecia era Clotilde, não negras, ou mulatas, ou índias. O que houve foi um contraste entre a República dos sonhos e a real, com isso a imagem cívica da mulher perdeu sua importância e passou a ser debochada junto com a república, através dos caricaturistas em seus periódicos. A mulher se transformou em prostituta. Ou seja:

Símbolos, alegorias, mitos só criam raízes quando há terreno social e cultural no qual se alimentarem. Na ausência de tal base, a tentativa de criá-los, de manipulá-los, de utilizá-los como elementos de legitimação, cai no vazio, quando não no ridículo. Parece-me que na França havia tal comunidade de imaginação. No Brasil, não havia (CARVALHO, 1990. p.89).

A figura da república-mulher obteve fracasso. Faltou uma comunidade de sentido. A figura feminina foi usada como prostituta, em muitos casos, ou depreciativa de outra forma. Isso se deve ao fato de que não houve na sociedade brasileira uma participação feminina nos fatos políticos, portanto sua imagem cívica não tinha nenhum sentido entre a população. Os republicanos falharam na tentativa de criar um imaginário popular. O sucesso da implantação de alguns símbolos se deve ao peso da tradição ou da religião. O principal motivo que justifica o fracasso da inserção da alegoria feminina foi à falta de envolvimento da população na proclamação da República. "A batalha pela alegoria feminina terminou em derrota republicana. Mais ainda, em derrota do cívico perante o religioso" (CARVALHO, 1990. p.94).

No capítulo seguinte: *A costura da Ordem Republicana no Brasil*, as autoras trazem um texto de Machado de Assis o romance *Esaú e Jacó*; "Quando Aires saiu do Passeio Público, suspeitava alguma coisa, e seguiu até o Largo da Carioca. Poucas palavras e sumidas, gente parada, caras espantadas, vultos que arrepiaram caminho, mas nenhuma notícia clara nem completa. Na Ruas do Ouvidor, soube que os militares tinham feito uma revolução, ouviu descrições da marcha e das pessoas, e notícias desencontradas." (CAMPOS; CLARO, 2010. p. 238).

"A implantação da República no Brasil não foi fruto de um processo revolucionário de que os grupos populares tenham participado ativamente

nem ampliou a representação político no país. Houve, sim, uma espécie de reacomodação entre os grupos dominantes, ou seja, proprietários de terras e/ou comerciantes e industriais, em torno das instituições públicas. Mesmo assim emergiu um novo sistema político em que novos setores sociais passaram a exercer também o poder e o controle sobre o Estado nacional. Muitos confundiram a movimentação de 15 de novembro de 1888 com uma simples parada militar. Apesar das tentativas dos republicanos radicais, como Silva Jardim e Lopes Trovão, defensores e incitadores da participação popular e do levantamento das massas, o 15 de novembro constituiu-se o primeiro golpe militar da nossa história. Ilustres representantes do regime monárquico, como Rui Barbosa e Deodoro da Fonseca, aderiram à causa republicana. Dom Pedro II e a família real partiram para o exílio dois dias depois. O Imperador desapontava seus seguidores ao desencorajar qualquer tipo de resistência. Sem fervor popular e sem reação monárquica, a temperatura política do Rio de Janeiro, capital do Brasil, foi de uma norma indiferença naqueles dias de novembro” (CAMPOS; CLARO, 2010. p. 239).

O poema proporciona aos alunos uma visão de que realmente o povo não participou do ato da Proclamação da República, de que foi um ato de uma pequena parcela da população, a elite e os militares, “não foi um ato revolucionário”, somente uma readequação dos grupos dominantes da sociedade brasileira da época. Não teve reação Monarquia uma proclamação “morna”, sem muitos acontecimentos. Não temos um aprofundamento maior em torno do que resultou no fato da Proclamação da República no Brasil, os autores somente mencionam o fato pelo fato, fazem uma crítica bem importante de como a Proclamação foi feita, mas não o que aconteceu anteriormente para a chegada do fim da Monarquia.

Mas uma coisa os livros analisados neste trabalho deixaram bem claro de que a Proclamação da República no Brasil foi um golpe militar. A República Federativa Brasileira nasceu pelas mãos dos militares que se vieram a partir de então como os defensores da Pátria brasileira. A República foi proclamada por um monarquista.

O historiador Celso Castro, um dos maiores especialistas brasileiros no tema, afirma que na manhã de 15 de novembro “a grande maioria dos soldados que integravam as tropas golpistas em 15 de novembro não estava consciente de que se pretendia derrubar a Monarquia”. Segundo ele, nem alguns oficiais o estavam. Eram, portanto participantes involuntários do drama, levados por seus superiores dos quartéis para o Campo de Santana. Por essa Razão, vários deles se arrependeram do papel desempenhado naquele dia. Pouco mais de um mês após a Proclamação da República, em 18 de dezembro, estourou uma rebelião de soldados no Segundo Regimento de Artilharia, justamente uma das unidades que haviam participados do

golpe. Os soldados queriam a restauração da Monarquia e a volta de Dom Pedro II ao Brasil. Foram todos punidos, bem como os participantes de outras revoltas isoladas contra a República registradas em diferentes regiões do país.

Para Ana Luiza Backes em sua obra *Notas sobre a república, oligarquias e utopia*, a República não foi um ato isolado, promovida por militares insatisfeitos com o Império, mas que ela foi precedida por intensa movimentação política, difundida por pela propaganda republicana, e que culminou em uma nova geração de político no poder, em 1889, “com formação fortemente marcada pelo evolucionismo, pelo cientificismo, pelo positivismo, e com um projeto de colocar o país no caminho do progresso (2009, p. 16-17). Para ela, a versão difundida que apoiava o nascimento da República como um movimento militar, um golpe, em que a população ficou atônita diante do acontecimento e que o movimento tinha como único estaduais atuarem através da federação, não convence. O questionamento passa pelo fato de que foi fácil Proclamara a República, é por que havia durante o período uma efervescência política atuante para que isso fosse possível, uma força atuante na ação propagandista, que fazia “críticas aos principais fundamentos do Império e seus valores: a escravidão, a religião de Estado, a tradição e a imobilidade como base a ordem, a centralização monárquica, o latifúndio monocultor (2009, p. 17).

Na análise de Renato Lemos, se a monarquia fosse um pouco mais flexível e aceitasse a alternativa federalista, talvez a República não tivesse acontecido em 1889. Para ele, também é possível afirmar que a República, ou melhor, a opção federalista, começou a ganhar espaço a partir das críticas à Monarquia pela geração de 1870, em que as classes dominantes estiveram a partir de então divididas entre o campo monárquico e republicano. Segundo Lemos, os acontecimentos marcantes que culminaram na queda da Monarquia e a alternativa republicana aconteceram em 1850 e 1900, em um momento histórico marcado por acontecimentos econômicos, sociais, ideológicos e políticos. Acontecimentos associados a mudanças que ocorreram nas bases estruturais da sociedade brasileira, como a extinção do tráfico internacional de escravos, a Lei de Terras, intensas migrações internas, a Guerra com o Paraguai, movimentos abolicionistas, deslocamento do eixo cafeeiro do Vale do Paraíba para o Oeste Paulista, a imigração europeia e a expansão do trabalho livre, a renovação

intelectual de vários setores da sociedade, a existência de conflitos generalizados, entre Estado, a Igreja Católica e os segmentos militares, abolição da escravidão. Elementos que contribuíram para a queda da monarquia e a implantação da república.

Para Lemos:

A organização imperial dificultava o atendimento das demandas políticas econômicas apresentadas pelos grupos emergentes da sociedade. Também os grupos tradicionais nem sempre sintonizavam com o método e a orientação com que o governo equacionar as questões de seu interesse. Protecionismo alfandegário, política imigratória, abolicionismo, alargamento da representação, separação entre a Igreja católica e o Estado, administração dos interesses nacionais diante do capital estrangeiro, melhoria das condições de vida nas grandes cidades, etc., eram temas que a monarquia tinha dificuldades de enfrentar e de responder, de maneira adequada, a preservação de suas bases sociais e políticos (LEMOS, 2009, p. 409).

Percebemos assim quais foram os principais motivos que ocasionaram o fim da Monarquia brasileira, destacando entre eles, a escravidão e seu fim, a crise do Império com o Exército e a criação do Partido Republicano. O Exército com o êxito vitorioso trazido pós Guerra com o Paraguai, com a ideia de salvador nacional, e a renovação no ensino positivista acentuou a consciência dos militares para a reivindicação de seus direitos sociais e políticos.

Para Emília Viotti, as causas que provocaram a mudança do regime monárquico e a instauração do regime republicano foram várias, e defendia que o regime republicano só foi possível devido a mudança nas estruturas sociais e econômicas, mas que estas mudanças não representavam uma ruptura no sistema, e que isso foi devido a continuidade que ocorreu nas estruturas econômicas, rurais, sociais e também da dependência do capital estrangeiro. Viotti condiciona a troca do regime a condição de reivindicação das classes dos cafeicultores paulistas, do exército e dos civis representantes da classe média.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber que dentro de um fato histórico, há várias vertentes que norteiam os rumos da história. Essas várias interpretações tentam ao máximo aproximar-se da verdade. Após essa análise de a Proclamação da República do Brasil, podemos perceber que esses fragmentos do acontecimento foram baseados em testemunhos de pessoas que participaram do dia 15 de novembro ou seus descendentes. Por isso o papel do historiador muitas vezes se torna difícil porque o testemunho sempre vai de encontro com os ideais da pessoa, os republicanos têm um viés de que os agentes da Proclamação são heróis da pátria, que fizeram com que o progresso chegasse no país. Os monarquistas não são de acordo com a forma que foi feito e consideram o ato um golpe militar, e esperavam fielmente a volta da Monarquia ao país.

A variedade de possibilidades que a história abre tanto para o historiador quanto para os leitores, e assim pode fazer uma reflexão a concepção histórica de cada autor. Nenhum, em momento algum, toma para si como uma verdade única, mas sim que possam existir várias vertentes.

A Proclamação da república foi um golpe militar pois a armada sai empunhando armas e vai até o atual regime e o derruba, feito pela elite cafeeira, e para a elite, com o apoio de militares e muitos eram ex-monarquistas, um deles era o Deodoro da Fonseca que não apoiava o governo republicano pois acreditava que o povo brasileiro estava muito mal educados para a República, “ruim com a Monarquia pior sem ela”, no dia em que a monarquia estava sendo derrubada Deodoro se recusou a tirar D. Pedro II do poder pois eram grandes amigos, no dia 15 de novembro Deodoro não derrubou a monarquia e nem o imperador e sim tirou do poder o presidente do conselho de ministros, senhor Visconde de Ouro Preto. Quem fez toda a articulação da derrubada da Monarquia foi Benjamin Constant ele sim era republicano, eram militares ressentidos com a Monarquia por todos os efeitos que o exército sofreu no final do Império. Acreditavam que o Brasil somente iria para a frente se grandes homens estivessem no poder.

Quando Deodoro derruba o Visconde de Ouro Preto pois era o seu único intuito, Benjamin Constant e Quintino Bocaiúva vai até Deodoro e contam para ele que o

Imperador teria colocado como ministro Gaspar Silveira Martins, de que o Deodoro tinha uma rixa de anos, uma informação que não era verdadeira. Neste momento Deodoro mandou dizer ao povo que a República estava feita. O povo não tomou parte do ato da República, assistiu aquilo tudo “bestializado”, mas eles optaram que o povo deveria decidir se iria continuar a Monarquia ou teriam a instalação da República, abriram um plebiscito para que o povo pudesse votar, mas a República foi proclamada em 1889, e o plebiscito foi conclamado em 1993, 104 anos depois durante esse período temos a chamada república provisória.

O desejo de mudança democrática era muito grande por parte dos republicanos, mas foi fatores que ficaram mais no papel do que nos atos dos novos governantes, pois tentem se tinha uma elite faminta tanto e poderes políticos, quanto econômicos, que somente pensam em seu bem pessoal, do que na massa populacional que estava por trás de todas essas trocas de governo.

Podemos notar através da pesquisa realizada que há soberania da tendência tradicional, pois a grande maioria dos livros didáticos lidos têm como base a economia, a política e o social, e acabam por esquecer-se de expressar uma visão de cima dos acontecimentos, de retratar as múltiplas vozes dos personagens que compõem este episódio da nossa história. Os livros didáticos atuais são elaborados para a venda, com interesses somente de um crescente no mercado, pois são financiados por empresas capitalistas que somente se preocupam com o capital e não com o conhecimento que estão nos seus livros, pode ser isso a grande causa da tendência tradicional neste material, a preocupação do lucro em primeiro lugar e não o ensino.

A didática é vista como ciência e a arte de ensinar. Assim, pode-se inferir que, quando aplicada com padrões metodológicos contextualizados e eficientes, pode conseguir, através da difusão do conhecimento, contribuir para a construção de seres humanos realmente inteligentes, integralizados e socialmente bem definidos. Logo, foi possível perceber que quando conhecida e aplicada efetivamente, pode tornar-se um instrumento facilitador do processo de ensino e aprendizagem. A didática realmente pode ser considerada como um instrumento muito importante e necessário a prática docente.

E uma coisa podemos perceber de que, quando usamos materiais em sala de aula como auxílio no ensino, temos que ter alguns cuidados, pois em algumas vezes os livros didáticos podem ter ideias que possam trazer ideias retorcidas de realidades,

às vezes os livros didáticos podem mascarar a dominação de uma classe sobre a outra, e marcar nas crianças desde cedo os valores da classe dominante, mantendo assim o poder que esta classe exerce sobre os dominados.

Gravuras, fotos, filmes, mapas e ilustrações diversas, têm sido utilizados há algum tempo, como recurso pedagógico no ensino de história. Os livros didáticos de história, já em meados do século XIX, possuíam litogravuras de cenas históricas intercaladas aos textos escritos, além de mapas históricos. Mas de que maneira todas essas informações são entendidas pelos alunos. Como a autora Ana avalia muito bem “o livro didático atua como difusor de preconceitos O índio é visto como “selvagem”, desconhecimento o “progresso”, “nu e enfeitado com cocares”, a mulher é valorizada enquanto mãe, doméstica, ou bordadeira, costureira, babá. Igualmente, o caboclo brasileiro é desvalorizado, qualificado de “caipira”, pejorativo”. São ideias transmitidas por todas essas ferramentas usadas nos livros que concebem ideologias de pessoas de classes dominantes para classes não dominantes, para que uma classe não “invada” a dá outras, vivemos em uma sociedade que a classe dominante se vê no direito de influenciar nas outras classes, mas não aceita ascensão das outras. “Temos os livros do professor ou do mestre, que em seu corpo traz sugestões de exercícios, questionários, sugestões de trabalhos, enfim as tarefas que os alunos devem realizar, podendo fazer do livro didático com um papel na vida escolar instrumento de reprodução de ideologias e do saber e do oficial imposto por determinados setores do poder e pelo Estado” (BITTENCOURT, 2008, P.73).

Do ponto de vista de Freire, o conhecimento profissional do docente é um conjunto de saberes teóricos e experienciais, que se expressam em um saber agir conforme a situação e em conformidade com o contexto do indivíduo, o que remete ao termo competência (1996, p. 45).

Conforme Libâneo, o professor competente tem o papel de: [...] planejar, selecionar e organizar os conteúdos, programar tarefas, criar condições de estudo dentro da classe, incentivar os alunos para o estudo, ou seja, o professor dirige as atividades de aprendizagem dos alunos a fim de que estes se tornem sujeitos ativos da própria aprendizagem. Não há ensino verdadeiro se os alunos não desenvolvem suas capacidades e habilidades mentais, se não assimilam pessoal e ativamente os

conhecimentos ou se não dão conta de aplicá-los, seja nos exercícios e verificações feitos em classe, seja na prática da vida (LIBÂNEO, 2002, p. 08).



## REFERÊNCIAS E FONTES

- ALVES, Alexandre; OLIVEIRA, Leticia Fagundes de. Conexões com a História. 2ª edição. São Paulo. Editora Moderna. 2013.
- BATISTA, Antônio Augusto Gomes. A avaliação dos livros didáticos: para entender o programa nacional do livro didático (PNLD). 1ed. São Paulo. Ed. Mercado das Letras.2003.
- BACKES, Ana Luiza. Notas sobre a República, oligarquias e utopias. Caderno ASLEGIS/37 maio/agosto.2009
- BITTENCOURT, Circe; O saber histórico na sala de aula. 2ª edição, São Paulo: Editora Contexto.1998.
- CAIO, Prado Jr. A Proclamação da República. 1ª edição. Rio de Janeiro. Ed. Zahar. 2000. CAMPOS, Flávio de; CLARO, Regina. A escrita da História 2. 1ª edição. São Paulo. Ed. Escala educacional s/a. 2010.
- CASTRO, Celso. A proclamação da República. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar. 2000, p.77 CASALECCHI, José Ênio. A Proclamação da República. São Paulo: 4 edições. Ed. Brasiliense. 1989.
- CARVALHO, José Murilo de J. Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891. Revista Varia Hist. Vol. 27, no.45. Belo Horizonte: jan. /jun., 2011.
- CARVALHO, José Murilo de. A formação das Almas. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- Constituições brasileiras: 1824. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

COTRIM, Gilberto. História Global 3. São Paulo. 2ª edição. Ed. Saraiva. 2013.

FARIA, Ana Lúcia G.; Ideologia no livro didático. 7ª edição. São Paulo: editora Cortez. 1991.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 13ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.

JANOTTI, Aldo. Como e porque terminou a Monarquia brasileira. Revista de História, São Paulo, ano XXII, XLII (86): 305-34, abri. /jun., 1971.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto: O Município e o Regime Representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEMOS, Renato. A justiça militar e a implantação da ordem republicana no Brasil. Revista Topoi, vol. 13, n 2, jan. – jun., de 2012

LIBÂNEO, J. C. Didática: velhos e novos Temas. Goiânia: Edição do autor, 2002.

Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888.

MANIFESTO REPUBLICANO. In: Cadernos Aslegis /37. maio. /agosto.2009.

Disponível em <<http://www.aslegis.org.br/aslegioriginal/images/stories/caderno/2009/Caderno37/p42->

MARQUES, Adhemar; BERUTTI, Flávio. Caminhos do homem. 2ª edição. Curitiba. Editora Base. 2013.

MAGALHÃES, Deodoro júnior, A espada contra o Império, v. 2, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1957.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. IN: O Brasil Republicano- O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República a Revolução de 1930: Ferreira, Jorge. Lucia de Almeida Neves. 3 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In: Mota, Carlos Guilherme. O Brasil em perspectiva. São Paulo: DIFEL, 1984.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil : uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

PORTELA, Auro Virgínio de Souza. Uma República de muitos coronéis e poucos eleitores: coronelismo e poder local em Mato Grosso (1889-1930). Dissertação Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação Mestrado em história, Instituto de Ciências Humanas e Sociais da universidade Federal de Mato grosso, Cuiabá.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In. O Brasil Republicano. O tempo de liberalismo excludente-da Proclamação a Revolução de 1930/ organização de Jorge Ferreira e Lucia de Almeida Neves Delgado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Volume I.

VISCARDI, 2011, Manifesto Republicano-Caderno , ASLEGIS, 2009.

VIOTTI, da Costa, Emília. Da Monarquia à república: momentos decisivos. 6 Ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM3353.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm)

<http://www.fn-de.gov.br/component/finder/search?q=escola%20&start=760>